

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

Título: Governo argumenta que reserva na Amazônia não é paraíso 7

Folha de S. Paulo

Título: Mudanças no setor elétrico podem elevar conta de luz em até 16,7% 20

Título: Para governo, venda da Eletrobras não precisa de autorização do Congresso 22

Título: Reserva extinta por Temer tem áreas contaminadas por mercúrio 25

Título: Mesmo sem ser reserva ambiental, Renca favorecia proteção da região 28

Correio Braziliense

Título: Extinção de área é vista com reserva 30

Título: Reserva do barulho 34

Título: Hora de negociar com deputados e senadores 36

Valor Econômico

Título: Valor Setorial traz potencial da transmissão elétrica 48

Sumário

VEÍCULO: O Globo	4
Título: Risco de ações na Justiça com mudança na Eletrobras.....	4
Título: Um bilhão de motivos para comemorar	6
Título: Os dados do ministro	9
Título: Corrida do ouro.....	11
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	12
Título: Temer tenta atrair chineses para concessões	12
Título: Odebrecht vende usina para chineses	14
Título: Gisele protesta contra alteração em reserva	15
Título: É mais que política de caixa	15
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	17
Título: Com petróleo e sem sabão, Venezuela tem gasolina quase gratuita ...	17
Título: Odebrecht acerta venda de hidrelétrica no Peru por US\$ 1,4 bi para chineses	19
Título: Mudanças no setor elétrico podem elevar conta de luz em até 16,7% ..	20
Título: Para governo, venda da Eletrobras não precisa de autorização do Congresso	22
Título: Brasil deve dar atenção à tecnologia que ameaça o reinado do petróleo	23
Título: Reserva extinta por Temer tem áreas contaminadas por mercúrio	25
Título: Mesmo sem ser reserva ambiental, Renca favorecia proteção da região	28
VEÍCULO: Correio Braziliense	30
Título: Extinção de área é vista com reserva	30
Título: Privatização por MP	32
Título: Reserva do barulho	34
Título: Hora de negociar com deputados e senadores	36

Título: Até onde vai a euforia.....	38
VEÍCULO: Valor Econômico	40
Título: Governo Temer tenta fazer uma privatização ousada	40
Título: Destaques	42
Título: União terá limite de voto na Eletrobras	43
Título: Regulação do setor reduz peso da golden share na estatal.....	45
Título: Sindicatos temem demissões e preparam protestos	47
Título: Valor Setorial traz potencial da transmissão elétrica.....	48
Título: Conselho da Petrobras e Comitê de Ética divergem sobre conduta de Elek	50
Título: Ao menos dez petroleiras estão avaliando o pré-sal	51

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Bruno Rosa****Título: Risco de ações na Justiça com mudança na Eletrobras**

Empresas que perderam usinas com MP 579 podem alegar falta de isonomia

O projeto de privatização da Eletrobras anunciado pelo governo corre o risco de parar nos tribunais de Justiça. Na avaliação de advogados e especialistas ouvidos pelo GLOBO, as empresas de energia que não aderiram à medida provisória (MP) 579, em 2012, podem alegar que tiveram prejuízo. Na ocasião, as companhias que não aceitaram o modelo de renovação antecipada de concessões em troca de preços mais baixos com energia gerada no sistema de cotas tiveram de devolver usinas. Na avaliação dos especialistas, o embate jurídico não será fácil nem rápido, mas pode, segundo fontes, atrasar o andamento do processo de privatização da Eletrobras.

Isso ocorre porque um dos passos para privatizar a estatal é recomprar da União as 14 usinas da Eletrobras que fazem parte do sistema de cotas. Os recursos seriam levantados por meio de uma oferta de ações, da qual a União não faria parte. Desse modo, ela reduziria sua fatia na estatal. Ao mesmo tempo, o governo estuda mudar o marco regulatório do setor, com a consulta pública 33, que acabaria com o sistema de cotas, solapando a base da legislação aprovada no governo de Dilma Rousseff.

Marcelo Davanzo, diretor financeiro e comercial da consultoria Safira Energia, lembra que o governo acabou de recolher todas as contribuições recebidas na chamada consulta pública 33, que prevê o fim do regime de cotas: — O novo arranjo do setor vai tratar do uso de térmicas a gás de forma contínua no sistema elétrico e das novas regras de acesso ao mercado livre de energia. Além disso, vai trazer o fim do regime de cotas para todo o mercado. Por isso, a ideia é juntar isso com a privatização da Eletrobras.

309 MUDANÇAS DESDE 2002

Desde 2012, a Cesp, de São Paulo, perdeu três usinas: Três Irmãos, Ilha Solteira e Jupia, no Rio Paraná, entre Mato Grosso do Sul e São Paulo. A Cemig pode perder quatro usinas, já que o governo pretende fazer um leilão em setembro.

Para Ricardo Medina, advogado especialista em infraestrutura do L.O. Baptista, as empresas que não aderiram ao regime de cotas podem alegar que não houve tratamento isonômico:— Podem argumentar que, se tivessem aderido ao sistema de cotas, não perderiam as usinas em leilões, já que hoje as usinas da

Eletrobras podem sair do regime de cotas no processo de privatização. Ainda é cedo para saber, vai depender do argumento das empresas, da comprovação de eventuais prejuízos e de que não conseguiram amortizar o investimento. As chances de ganhar não são grandes.

Uma judicialização teria efeito negativo sobre o cronograma. O governo pretende levantar R\$ 20 bilhões com a privatização da Eletrobras e espera concluir o processo no primeiro semestre de 2018. — Quem perdeu usinas pode se sentir prejudicado. A MP de 2012 deixa um sabor amargo. Hoje, a Cemig está nessa briga para ficar com as suas usinas. Ainda é tudo muito prematuro, pois a privatização da Eletrobras vai depender de outra medida provisória, que vai passar pelo Congresso. Ou seja, as regras ainda podem mudar — disse Tiago Figueiró, sócio da área de Energia do escritório Veirano.

O ex-presidente da Light José Luiz Alqueres avalia que o cronograma da privatização vai depender da modelagem, que ainda não está definida: — Em 25 de julho do ano passado, a Assembleia Geral de Acionistas aprovou a privatização das distribuidoras da Eletrobras. Treze meses depois, ainda não há definição de data.

RESISTÊNCIA POLÍTICA É ENTRAVE

Fabiano Brito, sócio do Mattos Filho e advogado especialista no setor de energia elétrica, argumenta que há margem para eventual questionamento por parte das companhias que não aderiram à MP 579: — O processo de antecipação das renovações foi complexo e envolveu mudanças nas condições das concessões. Um eventual questionamento pode esbarrar na liberdade de mudança de contratos. Então será um questionamento difícil. Mas obviamente mudar contratos sempre traz insegurança jurídica, ainda mais em curtos períodos de tempo.

Alexei Vivan, presidente da Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE), lembra que o risco de judicialização sempre é possível, mas ressalta que a chance de sucesso não é grande: Há grande instabilidade política, com mudanças de regras. Agora se fala do fim do regime de cotas. As empresas que não aderiram poderiam pedir uma indenização, mas ainda vejo com dificuldade ter êxito nessa judicialização. Essas empresas perderam as usinas, mas também tiveram ganhos com a venda de energia.

Para Mário Menel, presidente do Fórum do Setor Elétrico (FASE), que reúne todas as entidades do setor, a maior dificuldade da privatização será a resistência política, sobretudo, na área da Chesf, com sede em Recife, onde a companhia é vista como agente de desenvolvimento: — A resistência política será o maior

desafio. As empresas que não aderiram à MP ganharam muito dinheiro, enquanto a Eletrobras só perdeu valor.

O setor elétrico brasileiro, calcula Menel, registrou 309 mudanças regulatórias desde 2002. Segundo ele, trata-se de uma "hiperatividade regulatória"

Procurada, Cesp e Cemig não comentaram. A Celesc disse que suas usinas foram recuperadas em leilão posterior à MP. A Celg afirmou que a Usina de São Domingos é alvo de disputa judicial, anterior a 2012, com liminar favorável à Celg, que opera a usina por determinação do Ministério das Minas e Energia até que a questão seja resolvida. A empresa disputou a relicitação de outra usina em 2015 e venceu. Por isso, não pretende judicializar. A Copel devolveu quatro usinas, que correspondiam a 5% da capacidade instalada, mas não comentou o assunto.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Um bilhão de motivos para comemorar

Juca Abdalla, dono do banco Clássico, vê sua fortuna aumentar em R\$ 1 bi em apenas um dia com valorização de ações da Eletrobras após anúncio de privatização.

Em apenas um dia, o banqueiro José João Abdalla, conhecido como Juca Abdalla, de 71 anos, acrescentou quase R\$ 1 bilhão à sua fortuna de R\$ 5,6 bilhões. As ações da Eletrobras foram a tacada certa de Abdalla, dono do banco Clássico, com sede no centro de São Paulo. O anúncio, segunda-feira, de que a estatal será privatizada fez disparar as ações, e Abdalla encheu os bolsos.

Com a euforia diante da perspectiva de o governo sair do controle da empresa, as ações ordinárias da Eletrobras subiram quase 50% na terça-feira. Na quarta caíram 11,04%, e ontem voltaram a subir 3,9%. Abdalla ganhou porque é o maior acionista minoritário individual da empresa. Tem 12,53% dos papéis ordinários da estatal.

Desse total, 6,32% estão em nome do banco Clássico, e os 6,21% restantes pertencem ao Fundo de Investimento em Ações Dinâmica Energia, administrado pelo banco e que investe em papéis de empresas do setor de energia. A fatia de ações de Abdalla garantiu ao banqueiro a indicação de um membro no Conselho de Administração da Eletrobras, como representante dos minoritários. Trata-se de José Paulo Rangel, um diretor do Clássico.

A participação de Abdalla na Eletrobras só não é maior do que a da própria União (que tem 51% dos papéis ordinários), BNDESPar (13,04%) e BNDES (com 6,86%). Abdalla tem participações de destaque em ações na Engie, com 10% do capital e Ceg Rio (8,84%). — Quem manteve a posição em Eletrobras, mesmo depois dos prejuízos bilionários desde 2012, ganhou bastante agora — diz Luiz Roberto Monteiro, da corretora Renascença.

CLIENTE PREFERENCIAL

Juca Abdalla é filho de João José Abdalla, empresário que fundou um império no Brasil atuando nos ramos imobiliário, de material de construção e têxtil no século passado. Na

década de 1950, o grupo adquiriu a Brazilian Portland Cement tornando-se a maior fabricante de cimento no país, controlando pedreiras, usinas, minas e ferrovias que empregaram mais de 40 mil pessoas.

Os Abdalla, que chegaram a responder a 500 processos na Justiça por irregularidades empresariais, crimes contra a economia popular e por leis trabalhistas, montaram o banco para atuar como braço financeiro das empresas. O Clássico não tem agências ou correntistas e sua sede é um escritório no centro da cidade, com poucos funcionários. Seu único cliente é o próprio Juca Abdalla, que se transformou num dos maiores investidores na Bolsa do país.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Leticia Fernandes

Título: Governo argumenta que reserva na Amazônia não é paraíso

Planalto alega que região é alvo de degradação com garimpo clandestino.

Após a repercussão negativa do decreto que extinguiu a Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca), publicado na quarta-feira no Diário Oficial, o governo divulgou nota ontem afirmando que a decisão não acarreta prejuízos a nenhuma reserva ambiental da Amazônia. Segundo o comunicado, a reserva "não é um paraíso" A justificativa oficial é que, no local, há exploração clandestina de ouro, o que degrada a região.

"A Renca não é um paraíso, como querem fazer parecer, erroneamente, alguns. Hoje, infelizmente, territórios da Renca original estão submetidos à degradação provocada pelo garimpo clandestino de ouro, que, além de espoliar as riquezas nacionais, destrói a natureza e polui os cursos d'água com mercúrio, diz a nota.

CRÍTICAS DE GISELE BÜNDCHEN

As críticas à decisão do governo dominaram as redes sociais ontem. A modelo Gisele Bündchen se manifestou pelo Twitter, de maneira veemente: "VERGONHA! Estão leiloando nossa Amazônia! Não podemos destruir nossas áreas protegidas em prol de interesses privados"! escreveu a top model.

Houve reações negativas da oposição e do PSDB, que integra o governo. O líder tucano na Câmara, Ricardo Tripoli (SP), anunciou que apresentará hoje, à Casa Civil, uma solicitação para que sejam sustados os efeitos do decreto. "É fundamental aprofundar o debate sobre os riscos que essa medida pode causar, e não apenas considerar o efeito econômico", afirmou Tripoli em nota.

O parlamentar acrescentou que vai solicitar que a Câmara dos Deputados realize uma audiência pública com todos os envolvidos, desde os ministérios do Meio Ambiente, de **Minas e Energia** e até mesmo o Ministério da Justiça — isso porque áreas indígenas demarcadas na região também podem sofrer com a extinção da Renca, por exemplo. Ele alertou que, ao desbloquear essa área, de cerca de 47 mil quilômetros quadrados entre o Pará e o Amapá, abre-se um precedente para que outros locais sejam explorados de maneira predatória e inconsequente.

O decreto editado pelo governo do presidente Michel Temer estabelece que a região está liberada para extração de ouro e outros minerais nobres. O Ministério de Minas e Energia afirma que áreas protegidas da floresta e reservas indígenas não serão afetadas.

A área em questão é maior que a Dinamarca e tem o tamanho equivalente ao do Estado do Espírito Santo.

Segundo a nota divulgada ontem, a reserva que deixou de existir era mineral, não ambiental. O texto também argumenta que não será permitida a atividade mineradora nas unidades de conservação que existem no local, "todas de proteção integral", de acordo com o governo.

"EXIGÊNCIAS RIGOROSAS"

O documento ressalta que não só não haverá danos às áreas preservadas, como o novo decreto vai "coibir essa exploração ilegal, recolocando sob controle do Estado a administração racional e organizada de jazidas minerais importantes, que demandam pesquisas e exploração com alta tecnologia"

O governo argumenta, ainda, que qualquer empreendimento que possa atingir as áreas de conservação estaduais no Amapá e no Pará terá de cumprir "exigências federais rigorosas para licenciamento específico, que prevê ampla proteção socioambiental"

"O compromisso do governo é com o soberano desenvolvimento sustentável da Amazônia, sempre conjugando preservação ambiental com geração de renda e emprego para as populações locais" afirmou o governo.

A Renca é uma área rica sobretudo em ouro, mas também em tântalo, minério de ferro, níquel, manganês. Para especialistas em mineração e legislação, há incerteza sobre a liberação da reserva para exploração que podem levar a disputas judiciais. Já ambientalistas avaliam que a corrida pela exploração de ouro pode gerar conflitos e degradação.

Opinião :: Área perigosa

A CRISE fiscal leva o governo à busca de dinheiro. Por isso, com acerto, patrocina reformas e amplia o leque de privatizações.

A ABERTURA de uma reserva na Amazônia à mineração está neste mesmo contexto. Atrairá investimentos e criará nova fonte de impostos.

MAS É preciso tomar extremo cuidado com o meio ambiente, devido às características da região e da própria atividade que se quer incentivar, conhecida pelos seus efeitos colaterais em rios, florestas etc.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia / colunas

Autor: Miriam Leitão

Título: Os dados do ministro

O governo não sabe quantos servidores públicos ganham acima do teto constitucional, porque para isso o executivo precisaria ter os dados dos outros poderes e não tem, mas a estimativa é que se fosse respeitado o teto o país economizaria R\$ 750 milhões por ano. Quem diz é o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira. "É uma estimativa conservadora. Pode ser muito mais."

Entrevistei o ministro sobre alguns dos vários temas que estão em debate em sua área. Ele admite, por exemplo, que o BNDES pode vir a financiar a Cemig na compra das usinas. Segundo ele, o leilão está mantido para o dia 27 de setembro, mas até o dia 30 de agosto as conversas com a Cemig continuam. A estatal mineira argumenta que em três das quatro hidrelétricas cujas concessões não foram renovadas no governo Dilma há uma cláusula estabelecendo a renovação automática. Mas o governo colocou as usinas para serem leiloadas e já conta com o dinheiro para o fechamento da meta este ano:

— O leilão não está suspenso, mas até o dia 30 a Cemig me garantiu que apresentará uma estrutura financeira sólida. Nós não temos nenhum problema que a Cemig compre essas usinas, mas não podemos abrir mão do dinheiro delas. Se o BNDES decidir apoiar a Cemig dentro desse projeto, não vamos intervir. Não vamos impedir o banco de fazer um bom negócio.

O ministro diz que o governo tem condições de tocar a privatização da Eletrobras e dos outros 57 projetos de privatização que foram anunciados. Segundo ele, são equipes diferentes trabalhando e em algumas áreas já há a modelagem testada. Existem equipes especializadas em cada tipo de operação. Diz que na área das linhas de transmissão, por exemplo, serão 11 projetos privatizados, mas da outra vez foram 30: — São coisas que a gente já fez em grande volume. As equipes já têm experiência e sabem fazer com tranquilidade. O que é importante é mostrar a correção de fazer isso.

Perguntei se o processo da Eletrobras, tão comemorado no mercado, não poderia parar por pressão política. Já há pressões para que se tire a Chesf por exemplo: A Eletrobras está com dificuldade de cumprir seus próprios planos de investimento, para desenvolver suas atividades, e através desse mecanismo ela passa a um patamar diferente de acesso a recursos. Importante mencionar que uma das partes da modelagem é exatamente a revitalização do Rio São Francisco. Então parte do ganho da privatização será revertido para investimento na área da Chesf. Esse era o projeto que o governo vinha realizando com dificuldade, por limitações orçamentárias.

Perguntei se o país escapa de um aumento de impostos, e o ministro não afirmou que sim nem garantiu que não. Disse que a carga tributária não aumentou. Pelo contrário: — Nós tínhamos uma média histórica de 22,4% do PIB de arrecadação federal e nós estamos indo para 20% em 2018. Uma perda de 2,4 pontos percentuais do PIB, traduzindo em dinheiro, algo como R\$ 150 bilhões. Não digo que os impostos vão aumentar, mas para que se tenha uma discussão objetiva sobre as coisas nós temos que falar com os números.

E o ministro apresentou números sobre a necessidade da reforma da Previdência. A despesa da Previdência total é de R\$ 730 bilhões, e isso corresponde a 57% da despesa total do governo. Era 50% em 2010. Do ano passado para este ano, a Previdência aumentou em R\$ 50 bilhões. Como o investimento total do governo será R\$ 25 bi, só o acréscimo da despesa da Previdência é o dobro do que o setor público investe. O INSS tem um déficit de R\$ 185 bilhões, mas atende a 30 milhões de aposentados e pensionistas. O déficit da Previdência dos servidores federais é de R\$ 75 bilhões para atender apenas um milhão de aposentados e pensionistas: — É uma desproporção muito grande. Quem ganha salário mínimo já se aposenta com quase 65 anos. O aposentado do setor público se aposenta mais cedo e ganhando mais. A reforma é para equilibrar e ter mais justiça no sistema.

Ele disse que a negociação para a reforma da Previdência dos militares prossegue e justificou o fato de eles terem sido poupados do congelamento dos salários afirmando que eles ganham menos que os servidores civis.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Colunas

Autor: José Paulo Kupfer

Título: Corrida do ouro

O que têm em comum as dificuldades de expansão do crédito na economia brasileira, reforçada nos números de julho divulgados ontem pelo Banco Central, a nova liberação de recursos retidos, agora os do PIS/Pasep para idosos, e a turbina privatizante acionada pelo governo nos últimos dias? Embora não pareça haver relação entre uma coisa e as outras, as três ocorrências convergem na reafirmação de que a atividade econômica continua engasgada, diferentemente do que tenta transmitir a propaganda oficial. Por trás da hiperatividade governamental do momento estão o garrote dos déficits públicos e as restrições impostas às contas públicas para impulsionar a economia.

As limitações daí derivadas impedem a sucessão virtuosa que levaria a um aquecimento não intermitente dos negócios e deste ao aumento da arrecadação tributária, a partir da qual seria possível destravar gastos — e, principalmente, investimentos públicos —, aliviando os déficits, mesmo com aumento de despesas, pelo lado das receitas — um tipo de “mágica” que permitiu, nos governos Lula, expandir gastos e ainda assim colher superávits fiscais. Na falta de espaços políticos para aumentar impostos e de tração econômica capaz de expandir as receitas públicas no grau e na extensão necessárias, não é possível seguir o roteiro acima descrito. Resta tentar emulá-lo, ainda que com óbvia perda de eficiência, recorrendo a uma correria em busca de qualquer tipo de receita adicional capaz de mitigar o sufoco fiscal e aliviar a consequente trava no crescimento econômico.

Os anúncios, nesta semana, da privatização da Eletrobras, da inclusão de quase 60 novos projetos de privatização e concessão no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e a liberalização de uma área do tamanho do Espírito Santo para exploração mineral na Amazônia não devem ser vistas como mera coincidência. Com o lançamento dessa verdadeira corrida do ouro, a exíguos 16 meses do fim de seu mandato, o governo quer mostrar que, apesar de todas as incertezas políticas — e policiais — que o cercam, não está paralisado e mantém o ímpeto reformista que lhe tem garantido apoio para se segurar na cadeira. Passa, contudo, a impressão de que opera de modo errático, aumentando, assim, as dúvidas sobre o êxito dos empreendimentos.

A propósito, seria preciso ressuscitar a Velhinha de Taubaté para encontrar alguém que acreditasse no realismo da previsão oficial de realização dos leilões de privatização e concessão agora incluídos no PPI em plena fase aguda da campanha eleitoral de 2018. Atirando para todos os lados ao mesmo tempo, o governo também transmite, involuntariamente, a sensação de que desconfia do êxito da própria empreitada no impulsionamento da economia. Não se poderia encontrar indicação mais clara de que são baixas as expectativas de uma recuperação econômica mais rápida e mais forte do que a decisão de pegar carona na bem-sucedida liberação de recursos inativos do FGTS e replicá-la nos recursos do PIS/Pasep de idosos.

Reduzindo em cinco anos a idade mínima para o saque, o governo espera colocar em circulação, depois dos R\$ 45 bilhões do FGTS, outros R\$ 15 bilhões. É, sem dúvida, mais uma ajuda para mover a economia, mas a tentativa de fazê-la pegar no tranco esbarra em diversos canais ainda entupidos. O canal do crédito, por exemplo, um dos mais cruciais deles, continua obstruído. Houve recuo nas concessões de financiamentos em relação a junho, a inadimplência ficou estável, em níveis ainda altos, e as taxas de juros efetivas, mesmo com os cortes mais intensos nas taxas básicas, voltaram a subir.

O retrocesso registrado no mês passado não altera a tendência de lenta redução do endividamento de famílias e empresas — mais daquelas do que destas. Mas é revelador, tanto pela falta de disposição do público de tomar empréstimos quanto das instituições financeiras em emprestar, de que ainda não se apresentaram as condições para a instalação de um ambiente capaz de promover uma retomada econômica consistente. Com a hiperatividade mais recente nas coisas da economia, o governo demonstra sem querer estar ciente do problema.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Carla Araújo, Tânia Monteiro e Renée Pereira

Título: Temer tenta atrair chineses para concessões

Em viagem na próxima semana, presidente vai se reunir com empresários e espera conseguir investidores para projetos de energia

No pacote que vai levar a investidores chineses na semana que vem, o governo brasileiro vai apresentar a oferta de leilão das quatro usinas da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig): Miranda, São Simão, Volta Grande e Jaguará. A bancada mineira tem pressionado para que elas continuem sob o comando da estatal mineira. Na comitiva do presidente Michel Temer estará, entre alguns parlamentares, o deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG), que está na linha de frente da resistência ao leilão das usinas.

O programa de concessão e privatização será incluído em todas as palestras que Temer fizer para os empresários chineses. Nas reuniões, os projetos de privatização serão apresentados pela equipe do Programa de Parcerias de Investimentos (P-PI), coordenada pelo Secretário Especial do programa, Adalberto Vasconcellos.

O pacote que será levado à China vai destacar os projetos de energia, que têm grande possibilidade de participação chinesa. O governo também vai “vender” aos asiáticos os projetos nas áreas de transportes, rodovias, hidrovias, ferrovias, terminais portuários, e a Eletrobrás.

O ministro de Relações Exteriores, Aloysio Nunes, comentou que a visita de Temer à China será importante principalmente no campo econômico. A expectativa é que sejam anunciados grandes investimentos, em várias áreas.

De acordo com Tarcísio Freitas, secretário de coordenação de projetos do PPI, que vai integrar a comitiva brasileira em Pequim, já está agendada para o dia 1o. de setembro uma reunião com a State Power Investment Overseas (Spic), que em junho deste ano apresentou proposta para comprar a participação da Cemig na Hidrelétrica Santo Antônio, em Rondônia.

Contra o tempo. Na avaliação de especialistas que acompanham os processos de licitação no Brasil, o governo precisa correr para tirar todos os projetos do papel até o fim deste mandato. Primeiro por causa do tempo para elaborar os estudos e a modelagem do negócio e para resolver divergências que sempre surgem no meio do caminho. Mas há outro fator que deve pesar ainda mais no andamento do processo: a questão política. No ano que vem, há eleições e, conforme forem surgindo os nomes de possíveis candidatos à presidência, as incertezas podem aumentar, afirma o presidente da consultoria Inter.B, Claudio Frischtak.

“Em meados de 2018 já teremos um quadro mais definido sobre os candidatos e, se algum nome mais populista ganhar força, o programa pode ser colocado em xeque.” Ele acredita, porém, que há ativos que podem superar as incertezas políticas, como o Aeroporto de Congonhas, em São Paulo. “Os números estão disponíveis e os investimentos não devem ser muito altos.”

O sócio da área de infraestrutura do L.O. Baptista Advogados, Fernando Marcondes, acredita que os resultados do programa comecem a aparecer no primeiro semestre de 2018, exceto no caso das usinas da Cemig, que o governo quer licitar no mês que vem. “Se os editais forem lançados no primeiro semestre de 2018, temos de contar mais uns quatro meses para a realização do leilão (é esse prazo que pode ser alterado em alguns projetos)”, destaca. Mas ele também avalia que a questão política pode afetar os planos do governo.

Para o presidente da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), Venilton Tadini, algumas concessões têm potencial para saírem do papel mais rápido, como é o caso da 3.a Rodada de blocos do pré-sal. “Já está tudo estruturado.” Ele elogiou a decisão de privatizar a Eletrobrás, que deve atrair fundos de investimentos. Mas esse é um projeto que ainda não tem nenhuma modelagem estruturada.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Naiana Oscar

Título: Odebrecht vende usina para chineses

Hidrelétrica no Peru foi vendida a consórcio liderado por CTG por cerca de US\$ 1,390 bi.

O grupo Odebrecht anunciou ontem à noite a venda da hidrelétrica de Chaglla, a terceira maior do Peru, para um consórcio liderado pela China Three Gorges Corporation (CTG). O negócio é avaliado em US\$ 1,390 bilhão, ou R\$ 4,3 bilhões, segundo fontes próximas à transação. O acordo foi fechado pela subsidiária do grupo dedicada a concessões de infraestrutura na América Latina, a Odebrecht Latinvest.

A maior parte do valor obtido com a venda da Chaglla US\$ 1,2 bilhão será usada pela Odebrecht para quitar suas dívidas com os bancos que financiaram a construção da hidrelétrica. O restante, cerca de US\$ 190 milhões, vai para um fundo criado para ressarcir o governo peruano pelos atos ilícitos praticados pela empresa no país.

As investigações no Peru, envolvendo a Odebrecht, começaram em novembro de 2016. No início deste ano, a Odebrecht firmou um termo de cooperação com Ministério Público do país, mas a compensação a ser paga pela empresa pelos crimes de corrupção ainda não foi definida.

Fontes próximas à companhia estimam que o dinheiro depositado no fundo com a venda da Chaglla seja suficiente. O consórcio liderado pela CTG para a compra da hidrelétrica peruana é formado pela Hubei Energy, ACE e CNIC. A concessão da hidrelétrica de Chaglla será adquirida pela Huallaga Holding Company Limited, empresa criada pelo consórcio comprador.

O acordo precisa ser aprovado pelo Ministério da Justiça no Peru e por entidades na China. Com esse negócio, o grupo Odebrecht chega mais perto de completar seu plano de venda de ativos, anunciado no ano passado. Ao todo a empresa planeja se desfazer de R\$ 12 bilhões até o fim deste ano. Desse total, R\$ 5 bilhões

em ativos já foram vendidos, entre eles, a Odebrecht Ambiental, que passou para as mãos da canadense Brookfield.

Ao se desfazer da Chaglla, restam pouco menos de R\$ 3 bilhões para a empresa completar a meta. Entre os ativos que ainda estão no portfólio do grupo para serem vendidos, estão participações em minas de diamante e linhas de transmissão em Angola.

E o gasoduto Sul Peruano, cujas obras estão paradas e serão relicitadas pelo governo local, resultando em uma indenização bilionária à empresa brasileira. Além disso, a empresa ainda detém 18% na empresa responsável pela hidrelétrica de Santo Antônio.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Metrópole

Autor:

Título: Gisele protesta contra alteração em reserva

A modelo Gisele Bündchen voltou a questionar o governo Michel Temer sobre um decreto que extingue a Reserva Nacional de Cobre e Associadas, uma área equivalente ao Espírito Santo, localizada entre os Estados do Pará e do Amapá, que havia sido instituída em 1984. “Vergonha! Estão leiloando nossa Amazônia! Não podemos destruir nossas áreas protegidas em prol de interesses privados”, disse Gisele no Twitter. A publicação da modelo, no início da tarde de ontem, teve mais de 1,2 mil curtidas. Gisele publicou texto em que convoca todos os brasileiros a “dizerem não ao abrandamento da proteção da Amazônia, seja por decreto, medida provisória, projeto de lei ou o que for”. Ela ainda pede que os seguidores se unam em torno da hashtag #todospelaamazonia para “mostrar ao governo que não estamos de acordo com o fatiamento da Amazônia”. A Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência disse que o que deixou de existir foi uma reserva mineral, e não ambiental. “Nenhuma reserva ambiental da Amazônia foi tocada pela medida.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia /colunas

Autor: Celso Ming

Título: É mais que política de caixa

O anúncio da privatização da Eletrobrás e de outros 56 projetos incorporados ao Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) foi recebido por alguns setores como nova operação de liquidação de ativos públicos com objetivo único de refazer o

caixa furado do governo federal. Não dá para negar, há, sim, nessa decisão forte motivação fiscal: é preciso conseguir mais recursos para financiar o Estado.

E se tudo se limitar a uma operação de liquidação dos bens públicos para cobrir despesas correntes, o resultado também será limitado. Será o mesmo que vender a casa e os móveis da família para pagar supermercado. Um movimento adequado de privatização tem alcance mais amplo. Antes de mais nada, libera o setor público para dar conta de suas atribuições mais importantes, que é cuidar da educação, da saúde, segurança e justiça.

Em segundo lugar, vacina o governo contra o que o economista Fabio Giambiagi chamou de "política do pimba". Para resolver um problema, o governo diz: "Deixa comigo". E pimba, produz uma intervenção, quase sempre desastrosa. Para consertar os estragos do desastre, vai outra vez o governo e pimba. Seguem novas distorções e outra sucessão de pimbas...

O setor elétrico foi uma das principais vítimas da política do pimba da então presidente Dilma Rousseff, desencadeada para supostamente reduzir as tarifas de energia elétrica. O resultado foi desolador: desorganização do setor, acumulação de atrasos nos reajustes das tarifas que culminaram em disparada da inflação, aumento da insegurança e a Eletrobrás afogada em dívidas de R\$ 40 bilhões.

Até agora, não pagou R\$ 16 bilhões em fornecimentos da Petrobrás de gás e de óleo combustível para suas usinas térmicas. Em outras palavras, um processo bem conduzido de privatização tende a garantir maior eficiência dos serviços públicos. O que seria hoje do setor de telefonia ou da Embraer ou, então, das rodovias paulistas não fossem a privatização e a adoção de administrações bem mais competentes?

Os setores contrários mascaram seus interesses corporativos ou, simplesmente, mascaram seus planos de saque de recursos públicos ou de criação de cabides de emprego para a cupinchada com alegações de que não se podem privatizar áreas estratégicas. Nos Estados Unidos, país onde os interesses estratégicos são maximizados, não há empresas estatais nas áreas de telefonia, petróleo, energia elétrica, siderurgia e finanças. A terceira vantagem de um processo de privatização é garantir novos investimentos.

E aí entramos em outra dimensão fiscal, diferente da citada anteriormente, que é prover novas fontes de recursos para o crescimento econômico. O Estado está quebrado, como é de conhecimento de todos. Até mesmo para confecção de passaportes, teve de tirar recursos do prato de milhares. Não dá para contar com investimentos públicos de porte nos próximos dez anos.

Chamar capitais privados para assumir e corrigir o que está aí e desenvolver projetos é a única saída para garantir avanços na infraestrutura que, de quebra, darão mais empregos e mais serviços públicos. É inacreditável que certos sindicalistas passem a trabalhar contra a privatização e, nessas condições, contra a criação de postos de trabalho. Jogam contra o interesse público e, também, contra o interesse do trabalhador brasileiro.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: YAN BOECHAT COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, EM CARACAS

Título: Com petróleo e sem sabão, Venezuela tem gasolina quase gratuita

Afundada em uma crise financeira e de abastecimento, a Venezuela está oferecendo gasolina de alta qualidade praticamente de graça a seus cidadãos na tentativa de conter as tensões sociais.

Sem reajustes há mais de um ano —período em que a inflação superou 750%—, o litro da gasolina serve como um retrato paradoxal do colapso do país.

Com o equivalente a US\$ 0,01, é possível comprar mais do que um barril do combustível (159 litros) em sua versão mais barata, a que contém chumbo. Com o valor pago por um cafezinho, um venezuelano pode levar para casa cerca de 3.000 litros do combustível, o suficiente para encher o tanque de um carro de porte médio 60 vezes.

Mesmo na versão mais cara (sem chumbo), uma xícara de café é o suficiente para comprar um pouco mais que três barris de gasolina. Até para os padrões venezuelanos, a gasolina nunca teve preços tão baixos.

"A inflação é tamanha, e os preços [do combustível] não sobem. Logo não teremos mais como pagar pela gasolina com dinheiro, apenas com cartão", diz o taxista Alfredo Gutierrez, que gasta o equivalente a US\$ 0,10 por mês para rodar com seu carro abastecido com a versão premium (sem chumbo).

O desequilíbrio nos preços é de tal grandeza que qualquer comparação com valores pagos por itens de consumo simples ganham contornos surreais.

Com a crescente escassez de produtos de higiene pessoal, um pacote de fraldas de uma marca chinesa pouco conhecida com 47 unidades custa o mesmo que encher quatro caminhões tanque de 50 mil litros com a versão mais barata do combustível.

LIMPEZA

O salário mínimo da Venezuela é de cerca de 100 mil bolívares, aos quais são acrescidos outros 130 mil bolívares em uma espécie de tíquete alimentação. Pelo câmbio negro desta quinta (24), isso significava pouco menos do que US\$ 15 (R\$ 50).

Mesmo assim, a gasolina ainda é extremamente barata para os venezuelanos, ainda que a maior parte da população receba o salário mínimo. "Foi a única coisa que nos sobrou", diz o mecânico Luiz Ramírez, enquanto retirava a graxa das mãos em uma bacia cheia de gasolina.

Nas oficinas mecânicas venezuelanas, a gasolina é usada para diversos fins: além de substituir sabonetes e cremes para limpeza dos funcionários, serve para lavar peças de automóveis ou diluir tinta.

"Um sabonete chinês pequeno, que nada lava, custa quase 3.000 bolívares quando você o encontra. Com esse dinheiro, compramos gasolina para toda a vida aqui", diz Ángel Castellano, chefe de uma oficina que diz usar cerca de 100 litros do combustível por mês para limpeza de seus funcionários, das peças e dos motores.

"Para tirar o cheiro, usamos espuma de lavar carro, mais baratas".

Dona das maiores reservas comprovadas de petróleo do mundo, segundo a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), a Venezuela sempre viveu em uma montanha russa financeira por nunca ter diversificado sua economia, mesmo antes de Hugo Chávez (1954-2013) assumir o poder, em 1999.

"Crescemos ouvindo que somos ricos em petróleo, essa cultura da gasolina barata está entranhada, mas nunca chegamos ao estágio em que estamos agora, em que ela é virtualmente gratuita", diz o economista Efraim Velázquez, presidente do Conselho Nacional de Economia da Venezuela. "Ainda assim, se os preços aumentarem, as pessoas vão protestar".

Símbolo da pujança econômica venezuelana no passado, a gasolina representa também um dos maiores traumas de sua história recente.

Em 1989, Carlos Andrés Pérez assumiu a Presidência pela segunda vez com a promessa de salvar o país da crise. Sua primeira medida foi dobrar o preço da gasolina para reduzir os subsídios e equilibrar as contas públicas.

O povo reagiu com uma onda de saques. Pérez colocou o Exército nas ruas, e mais de 300 pessoas foram mortas pelas forças de segurança em menos de uma semana.

O episódio, que ficou conhecido como Caracazo, marca o início do processo que fez com que Chávez, dez anos depois, impusesse a primeira derrota nacional às oligarquias que dominaram o país no século 20.

"O governo não quer mexer com a gasolina, teme que ela seja o estopim para o fim do seu ciclo como foi para seus opositores", diz o economista José Toro Hardy, ex-diretor da PDVSA, a estatal de petróleo venezuelana.

"No fim, quem perde somos nós. Só no ano passado a PDVSA usou quase 30% de sua produção e gastou cerca de US\$ 5,5 bilhões para dar gasolina quase de graça aos venezuelanos", afirma. "Isso não faz sentido quando não temos moeda forte para importar remédios ou comida".

Os postos de gasolina são um dos raros pontos de venda de itens de consumo a preços regulados pelo governo na Venezuela em que não há filas e a oferta é vasta.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Odebrecht acerta venda de hidrelétrica no Peru por US\$ 1,4 bi para chineses

Depois de dois anos, a Odebrecht acertou a venda de uma usina hidrelétrica no Peru para um consórcio formado por empresas chinesas.

A usina foi vendida por US\$ 1,39 bilhão (o equivalente a R\$ 4,4 bilhões, pela cotação desta quinta-feira, 24). Do total, US\$ 1,2 bilhão será usado para quitar dívidas com os bancos que financiaram a construção da usina.

Os US\$ 190 milhões restantes serão depositados num fundo criado pelo Peru para garantir o pagamento de multas e indenizações ao final das investigações em curso sobre os negócios da Odebrecht no país.

Com a venda da usina, a Odebrecht está próxima de atingir a meta que estabeleceu para venda de ativos e redução do seu endividamento. O plano do grupo é vender R\$ 12 bilhões em ativos, e já foram concluídas transações de valor equivalente a R\$ 10 bilhões até agora.

O grupo baiano enfrenta uma crise de reputação em decorrência da Lava Jato e da queda de receitas.

A hidrelétrica de Chaglla, que começou a operar somente no ano passado, foi adquirida por grupo liderado pela estatal China Three Gorges Corporation, principal operador de energia hidrelétrica do país asiático.

A companhia chinesa, dona da usina de Três Gargantas, que disputa com Itaipu o posto de maior hidrelétrica do mundo, tornou-se recentemente vice-líder em geração de energia no Brasil, atrás apenas do grupo estatal Eletrobras, após uma série de aquisições de ativos no país.

A empresa tem feito várias aquisições no exterior, sob influência do governo chinês, que incentiva investimentos em energia renovável. Segundo a Odebrecht, a usina de Chaglla é a terceira maior do Peru, com potência instalada de 456 MW.

O negócio faz parte da estratégia da Odebrecht de reestruturação da empresa. Em março, o presidente do Peru, Pedro Pablo Kuczynski, declarou que a empresa tinha "seis meses ou menos para deixar o país. Em dezembro, a empreiteira reconheceu ter pago US\$ 29 milhões em subornos a autoridades no Peru entre 2005 e 2014.

Entre os investigados pelas autoridades peruanas por suposta corrupção ligada à empresa brasileira figuram os ex-presidentes Alejandro Toledo, Alan García e Ollanta Humala -este último está preso desde o mês passado.

A Odebrecht admitiu ter pago propina em 12 países da América Latina e da África.

Na Colômbia, foi preso Gabriel García Morales, ex-vice-ministro dos Transportes na Presidência de Álvaro Uribe. O Ministério Público colombiano diz que ele recebeu US\$ 6,5 milhões para ajudar a Odebrecht a ganhar um contrato relativo a rodovia.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA DO RIO

Título: Mudanças no setor elétrico podem elevar conta de luz em até 16,7%

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) calcula que o impacto tarifário da mudança no regime de venda de energia por hidrelétricas pode ser bem superior aos 7% projetados pelo governo.

Em documento entregue ao **Ministério de Minas e Energia (MME)**, a agência fala em alta de até 16,7%, no pior cenário projetado.

O cálculo é parte das contribuições da Aneel para a consulta pública sobre o novo marco do setor elétrico.

A proposta de revisão no marco regulatório permite que usinas que hoje vendem energia sob o regime de cotas, com tarifas mais baixas, possam migrar para o mercado livre –segmento em que as empresas compram e vendem eletricidade diretamente.

Há 91 usinas hidrelétricas operando sob cotas, com uma capacidade total de 29.000 megawatts (MW). Deste total, 14 são da Eletrobras e representam quase a metade da capacidade total.

"Tratam-se de ativos já depreciados, cuja remuneração foi garantida ao longo dos anos pelos usuários desde o início da prestação do serviço de geração", diz a Aneel.

"Estabelecer um novo regime comercial, em que o preço será estabelecido livremente, tem um efeito perverso sobre o custo da energia suportado por esses consumidores", completa.

A agência reguladora fez simulações considerando três faixas de preço para os novos contratos dessas usinas, que hoje chega ao mercado, em média, a R\$ 75,32 por megawatt-hora (MWh).

Se todas passarem a vender a energia a R\$ 150 por MWh, o impacto nas tarifas pode ser de até 7,1%. A R\$ 250, o impacto máximo sobe para 11,9%, e a R\$ 250, a 16,7%.

Caso a adesão seja apenas de metade da capacidade das usinas que vendem sob cotas, o impacto máximo será de 3,6%, com preço a R\$ 150, e de 8,3% com preço a R\$ 250.

O governo diz que usará parte do bônus pago pelos empreendedores que optarem pela mudança no regime para reduzir encargos setoriais cobrados na conta, o que poderia compensar a alta.

Outra parcela seria destinada ao Tesouro, ajudando a conter o déficit do governo.

Em entrevista à **Folha**, o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Junior, disse que a proposta transfere do consumidor para o mercado o risco hidrológico, o que também contribuiria para reduzir as tarifas, já que elimina as bandeiras tarifárias para pagar térmicas ligadas em tempos de seca nas hidrelétricas. A mudança no regime comercial faz parte de uma reforma proposta pelo governo no início de julho e não depende necessariamente da privatização da Eletrobras, apresentada nesta semana.

Mas a ideia é que os dois processos sejam concluídos simultaneamente, já que a venda de ações da estatal garante os recursos para que ela pague o bônus para mudar o regime de venda de suas usinas que operam com cotas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: MARINA DIAS BRUNO BOGHOSSIAN DE BRASÍLIA

Título: Para governo, venda da Eletrobras não precisa de autorização do Congresso

O governo Michel Temer avalia que a privatização da Eletrobras não terá que passar pelo Congresso para ser concluída, até o segundo semestre do ano que vem.

Segundo o **ministro Fernando Coelho Filho (Minas e Energia)** e técnicos da Casa Civil consultados pela reportagem, apesar de haver divergência sobre o tema entre o dispositivo interno da estatal e o Programa Nacional de Desestatização, a norma federal é o que prevalece e, portanto, não será necessário o aval dos parlamentares para que a empresa seja vendida.

"O que precisa passar pelo Congresso é a medida provisória que vai oferecer à Eletrobras o conjunto de usinas cotizadas que foi retirado da empresa com a MP 579. O governo vai ofertar à Eletrobras o direito de ter de volta essas usinas", afirma o ministro.

A lei nacional será utilizada pelo Palácio do Planalto como argumento a aliados que detêm cargos no setor elétrico e, por isso, resistem à privatização da estatal, como mostrou a Folha.

Auxiliares próximos a Temer admitem que políticos do PMDB, como o ex-presidente José Sarney (AP) e os senadores Edison Lobão (MA) e Jader Barbalho (PA), querem manter feudos no setor elétrico e que, por isso, reagem contra a decisão anunciada pelo governo.

Mapeamento do Planalto dá conta de cargos de aliados do peemedebista na Eletronorte, Eletrosul, Itaipu, Furnas, Chesf, entre outras.

O presidente, que participou pessoalmente do processo decisório para a venda da estatal, já começou a ouvir as reclamações e demandas dos aliados, de acordo com assessores, mas vai adotar o discurso de que a lei nacional é o que vale e que a privatização será importante para ajudar a cobrir o déficit previsto para o próximo ano, de R\$ 159 bilhões.

Ex-ministro de Minas e Energia, Lobão, por exemplo, já falou publicamente contra a privatização.

RESISTÊNCIA

Apesar de conseguir driblar o Congresso para implantar seu programa de privatizações, o governo também gerou contrariedade entre partidos aliados que detém o comando político de outros setores afetados pelo pacote, além do sistema elétrico.

A cúpula PR, por exemplo, reprovou a decisão de incluir o aeroporto de Congonhas na lista de privatizações. O partido ocupa desde 2003 o Ministério dos Transportes, atualmente responsável pela Secretaria de Aviação Civil e pela Infraero.

"Somos totalmente contrários a isso. É o aeroporto mais rentável da Infraero e essa decisão acaba com a empresa", diz o líder do partido na Câmara, José Rocha (BA).

Parte do PP, que comanda a Caixa, também criticou a decisão de vender a Lotex –a "raspadinha" operada pelo banco. "Isso prejudica as pequenas loterias que são concessionárias da Caixa. Sou contra essa decisão", afirma o deputado Arthur Lira (AL), líder da sigla.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Pedro Luiz Passos (colunista)

Título: Brasil deve dar atenção à tecnologia que ameaça o reinado do petróleo

Em meio à temporada de reformas às vésperas da campanha eleitoral, como a sangria do déficit fiscal e a mudança das regras do jogo conduzida por políticos obcecados pela autopreservação, está passando batida a velocidade com que novas tecnologias e modelos de negócios se consolidam no mundo.

Elas estão transformando em realidades desafiadoras o que por aqui é tratado como fantasia ou simplesmente ignorado.

O risco desse alheamento é que os governantes e as ditas lideranças políticas enderecem questões estratégicas que tendem a se tornar obsoletas. É o caso do petróleo e o seu consumo.

Não se ignora seu valor, sobretudo depois da descoberta dos campos do pré-sal, para a economia e as receitas fiscais, inclusive para Estados na bancarrota como o Rio. Mas tem escapado aos observadores decisões em curso que prenunciam a ruptura com o primado dos combustíveis fósseis.

Países como França, Irlanda e Reino Unido definiram prazo para o fim da venda de veículos com motor a combustão. A Alemanha já desligou suas termelétricas nucleares e está adiantada na produção de energia solar e eólica. Ambas, transporte e energia, respondem por mais de 70% do consumo de petróleo no mundo.

A tecnologia em voga para transportes pessoal e coletivo é a de propulsão elétrica. O progresso nesse campo está transformando os veículos em computadores sobre rodas, potencializando novos modelos de negócios. Recente estudo da consultoria Roland Berger aponta quatro grandes tendências resumidas no acrônimo Made (Mobility, Automated driving, Digital experience e Electrification), que "vão remodelar o setor nos próximos 10 a 15 anos" de forma nunca vista nos 130 anos de existência dessa indústria.

A ascensão de empresas como Uber e Tesla, montadora de veículos 100% elétricos e ocupando a quarta posição entre as de maior valor de mercado no setor automotivo, revela que a revolução descrita pela Roland Berger está ganhando impulso.

Pressionadas por regulações e por concorrentes mais inovadores, as montadoras tradicionais se apressam a fazer frente a esses desafios. A Volvo anunciou que a partir de 2019 todos os seus modelos terão motores elétricos. Toyota e BMW vão nessa direção. GM e Ford lançaram em fase experimental serviços de compartilhamento de carros. E todas estão envolvidas com projetos de veículos com direção autônoma.

Enquanto isso, o Brasil, com reconhecidas potencialidades em energias renováveis, se acomodou, seduzido pelos dividendos do pré-sal, e relegou a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico.

Os escândalos envolvendo a Petrobras paralisaram a própria exploração do pré-sal. O regime que a exigia aportar o mínimo de 30% dos investimentos em exploração, o elevado endividamento, a queda de preço do petróleo e os efeitos da Lava Jato esvaziaram a capacidade de investimento da estatal.

Não se trata de mitigar a importância do pré-sal, mas de acelerar sua exploração antes que essa riqueza pereça no subsolo oceânico por falta de demanda. Iniciativas como a flexibilização da política de conteúdo local e o fim do controle de preço dos combustíveis foram positivas para remover entraves ao setor. A abertura do pré-sal ao capital privado também foi bem-vinda por atrair recursos que darão celeridade ao processo.

A estratégia parece clara: antecipar receita antes que o petróleo caia em desuso e direcionar os recursos obtidos para projetos estratégicos e sintonizados, ao mesmo tempo, com nossas vantagens comparativas e com a evolução tecnológica que se vai tornando dominante no mundo. E não só na área de energia.

Não se trata de mitigar a importância do pré-sal, mas de acelerar sua exploração antes que essa riqueza pereça no subsolo oceânico por falta de demanda. Iniciativas como a flexibilização da política de conteúdo local e o fim do controle de preço dos combustíveis foram positivas para remover entraves ao setor. A abertura do pré-sal ao capital privado também foi bem-vinda por atrair recursos que darão celeridad

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Ciência

Autor: PHILLIPPE WATANABE DE SÃO PAULO

Título: Reserva extinta por Temer tem áreas contaminadas por mercúrio

Pesquisadores encontraram, em uma região que fazia parte da Renca (Reserva Nacional de Cobre e seus Associados), peixes contaminados por mercúrio.

Na quarta (23), foi publicado um decreto do presidente Michel Temer revogando o status de Reserva Nacional da Renca, reserva mineral criada em 1984 para evitar a perda de recursos estratégicos.

Os dados –obtidos com exclusividade pela **Folha** e fruto de pesquisa do WWF-Brasil e do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade)– apontam que, no Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e na Flona (Floresta Nacional) do Amapá, que não fazia parte da Renca, em 81% dos espécimes investigados há contaminação por mercúrio.

A substância é um metal pesado utilizado no processo de extração do ouro. Paulo Cesar Basta, médico da Fiocruz, diz que não há níveis seguros de exposição à substância.

Foram analisados 187 peixes, coletados em 33 locais. Destes, 151 apresentavam contaminação por mercúrio.

Segundo Marcelo Oliveira, do WWF-Brasil, oito espécies foram investigadas: piranha-preta, trairão, piranha-amarela, mandubé, pintado, pirarara, cachorra e pirapucu. Cinco espécies tinham mais de 50% dos indivíduos com níveis de mercúrio superiores a 0,5 mg/kg –limite de tolerabilidade da OMS (Organização Mundial da Saúde) para consumo humano.

As cinco espécies encontradas com níveis de mercúrio acima do indicado pela OMS são piranha-preta, trairão, pintado, cachorra e pirapucu.

"São espécies consumidas pela população da região e obtivemos esses números alarmantes. É um problema de saúde pública", diz Oliveira. "Se começar a juntar os pontos, você vê que o cenário é bastante preocupante."

Paulo Basta afirma que "o mercúrio é um metal pesado com fácil difusão no corpo e que altera o metabolismo celular. O sistema nervoso central, principalmente, é vulnerável à substância".

Oliveira e Basta, na segunda etapa do projeto, estudam a saúde das populações dos arredores. Serão investigadas outras nove áreas –entre elas, florestas nacionais e parques nacionais– e quatro terras indígenas. Oliveira diz que, durante a nova etapa, já foram encontrados indígenas com sintomas de contaminação.

Após a extinção da Renca, ambientalistas demonstraram preocupação com uma possível corrida pela ouro na região e com a pressão sobre terras indígenas e áreas de preservação. A questão de saúde pública e contaminação da cadeia alimentar também deve receber atenção, segundo o pesquisador da WWF. "Se aumentar a permissividade para esse tipo de atividade [mineração] na Renca, o panorama para contaminação é de piora", afirma o cientista da WWF, segundo o qual, mesmo em áreas legais de garimpo, há altas taxas de contaminação ambiental e de problemas de saúde.

A modelo Gisele Bündchen se manifestou em rede social sobre o assunto. "Estão leiloando nossa Amazônia!", disse.

GOVERNO

A assessoria da Presidência da República, em nota, disse que a extinção da Renca não afeta as áreas de proteção integral presentes na região e que qualquer empreendimento futuro " terá de cumprir exigências federais

rigorosas para licenciamento específico, que prevê ampla proteção socioambiental, como já mencionado no decreto".

"A Renca não é um paraíso, como querem fazer parecer, erroneamente, alguns. Hoje, [...] territórios da Renca original estão submetidos à degradação provocada pelo garimpo clandestino de ouro, que, além de espoliar as riquezas [...], destrói a natureza e polui os cursos d'água com mercúrio", continua a nota, que termina dizendo que o "compromisso do governo é com soberano desenvolvimento sustentável da Amazônia".

-

Raio-X – Renca

Nome

Reserva Nacional de Cobre e seus Associados (Renca)

Área

46.450 km², entre o Amapá e o Pará

Ano de criação

1984

Composição

Áreas de proteção integral: Estação Ecológica do Jari, Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e Reserva Biológica de Maicuru

Áreas de uso sustentável dos recursos: Reserva Extrativista Rio Cajari, Floresta Estadual do Paru, Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru e Floresta Estadual do Amapá

Terras Indígenas: Rio Paru D'este e Waiãpi

Objetivo

Segundo o **Ministério de Minas e Energia**, evitar o desabastecimento de recursos minerais estratégicos para o país, como ouro, platina, cobre, ferro, manganês e níquel

Riscos

Pressão sobre terras indígenas e Unidades de Conservação; nova corrida pelo ouro; desmatamento e ameaça à biodiversidade

Exploração

Era bloqueada para investidores privados e não ocorreram parcerias com o governo devido ao alto custo operacional

Novidade

O decreto 9.142/2017 retira o status de reserva nacional de algumas áreas da antiga Renca; cerca de 30% do total poderá ser explorado.

Mineração

O setor corresponde a 4% do PIB brasileiro e a produção em 2016 foi de US\$ 25 bilhões

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: MAURÍCIO TUFFANI COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Título: Mesmo sem ser reserva ambiental, Renca favorecia proteção da região

Extinta pelo presidente Michel Temer, a Renca (Reserva Nacional de Cobre e seus Associados) não era uma unidade de conservação ambiental.

Sua delimitação por decreto pelo presidente João Figueiredo em 1984, no final do regime militar, serviu apenas para dar exclusividade ao poder público em seus 46.450 km² para a pesquisa na exploração mineral, permitindo a participação privada somente por meio de convênio.

Embora na época ainda não existissem na legislação brasileira os princípios de proteção ambiental instituídos na Constituição Federal de 1988, já estava em vigor a avançada lei da Política Nacional do Meio Ambiente, de 1981.

No decreto de criação da Renca, assim como em sua atualização no ano seguinte, já no governo de José Sarney (PMDB), não havia dispositivos sobre proteção ambiental.

Apesar de não ser essa a finalidade da reserva, o monopólio de exploração da área para a estatal CPRM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais), do MME (Ministério das Minas e Energia) acabou indiretamente ajudando a

fortalecer ainda mais a preservação das unidades de conservação em seu interior.

Situada entre os Estados do Pará e do Amapá, e tendo uma extensão equivalente à do Espírito Santo, a Renca englobava três unidades de conservação de proteção integral –a Estação Ecológica do Jari, o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e a Reserva Biológica de Maicuru–, além das duas terras indígenas Rio Paru D'este e Waiãpi e quatro reservas de uso sustentável.

A extinção da Renca já vinha sendo solicitada há anos por empresários da mineração. Desde a instituição da reserva em 1984, o MME recebeu 421 requerimentos de autorização de pesquisa, dos quais 272 foram negados e os restantes 149 tiveram homologações de desistência, segundo publicação do ministério em maio no "Diário Oficial da União".

Em abril, **o ministro Fernando Coelho Filho** já havia dado o passo decisivo para acabar com a reserva.

No dia 19 daquele mês ele assinou portaria determinando que todos os requerimentos relativos à Renca pendentes de decisão seriam indeferidos. E informou que em breve encaminharia a proposta de extinção para o presidente da República.

Justamente por não ter nenhuma finalidade ambiental, a extinção da Renca não teria como implicar, por si só, autorização para ações de devastação na região. No decreto de extinção publicado ontem por Temer, serviu apenas como "antídoto" para interpretações negativas o artigo que afirma prevalecer "a aplicação de legislação específica sobre proteção da vegetação nativa, unidades de conservação da natureza, terras indígenas e áreas em faixa de fronteira". No entanto, a extinção do monopólio da pesquisa mineral para a CPRM não é apenas um forte fator de atração de investimentos de exploração para uma atividade que é das de mais elevado impacto ambiental.

É também, e ao mesmo tempo, o começo de uma situação que exigirá maiores esforços dos órgãos de fiscalização ambiental e em uma região de difícil acesso na Amazônia.

A notícia pegou de surpresa ONGs ambientais. Pelo que se conhece da relação com a área de mineração, é bem possível que o MMA também tenha se surpreendido ou não se preparado devidamente.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção:** Política**Autor:****Título:** Extinção de área é vista com reserva

A decisão do governo de acabar com a Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca), localizada nos estados do Pará e do Amapá, para que ela seja explorada pela mineração, causou reação entre políticos, celebridades e ambientalistas. Menos de 24 horas depois da abertura da região no coração da Amazônia, o Ministério Público Federal no Amapá (MPF) abriu processo para apurar a extinção, deputados e senadores tomaram iniciativas para derrubar o decreto e celebridades movimentaram as redes sociais.

A reserva extinta pelo decreto 9.142/17 tem 46.450km² — equivalente ao tamanho do Espírito Santo — e engloba nove áreas protegidas, entre elas, parques, reservas extrativistas, reservas biológicas e terras indígenas. Além de cobre, a região tem áreas para exploração de outros minerais, como ouro, ferro, manganês e tântalo. Criada em 1984 pelos militares, a ideia era que as jazidas fossem exploradas por uma estatal, mas não prosperou. Agora, segundo o decreto, empresas privadas podem fazer pesquisas minerais para trabalhar na parte do território que não estiver em área de proteção ambiental, pouco mais de 20%.

“É um ato que preocupa. A decisão pode aumentar as tentativas de redução das terras protegidas, os conflitos com os índios e a fragilidade da conservação. É um precedente muito perigoso”, comenta o secretário executivo da Câmara de Meio Ambiente do MPF, Daniel Azeredo. O procurador explica que um procedimento para apurar a extinção foi aberto no MPF do Amapá e outras medidas são estudadas para medir os efeitos da mudança. “Hoje, não temos um modelo de sucesso no Brasil que permita uma atividade de mineração tão forte aliada à proteção das florestas, ainda mais em um ecossistema tão frágil quanto o Amazônico.”

Para o coordenador de políticas públicas da WWF-Brasil, Michel Santos, o fato de a abertura ter sido feita por meio de um decreto, sem um processo de diálogo, coloca em risco o cumprimento de acordos internacionais sobre o clima e a biodiversidade firmados pelo Brasil. “Quando se abre uma área dessas, visando grandes corporações, você leva junto aventureiros ilegais como grileiros e garimpeiros. Conhecendo o histórico do país, isso vai estimular a pressão nas áreas protegidas e na flexibilização das leis ambientais”, acredita Santos.

Congresso

A extinção da reserva também movimentou o Congresso. Senador pelo Amapá, Randolfe Rodrigues (Rede) protocolou um Projeto de Decreto Legislativo para suspender os efeitos da lei. No documento, Randolfe destaca que a decisão coloca em risco áreas protegidas e invade a competência do Parlamento de legislar sobre terras indígenas. “Está se tratando da maior agressão da história contra a Floresta Amazônica. Nem a ditadura ousou tanto”, comenta. Além disso, o senador entrará com ações populares na Justiça Federal.

Presidente da Frente Parlamentar Ambientalista, o deputado Alessandro Molon (Rede-RJ) entrará com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF), e o líder do PSDB na Câmara, Ricardo Tripoli (SP), apresenta hoje à Casa Civil da Presidência da República uma solicitação para que sejam sustados os efeitos do decreto. “É fundamental aprofundar o debate sobre os riscos que essa medida pode causar e não apenas considerar o efeito econômico. Ao desbloquear essa área, abre-se precedente para que outros locais sejam explorados de maneira predatória e inconsequente”, alerta Tripoli.

“Não é paraíso”

Diante da repercussão negativa, que incluiu até um tuíte da mais importante modelo brasileira, Gisele Bündchen (veja ao lado), o governo lançou nota para defender a decisão. O texto, separado por pontos, afirma que nenhuma reserva ambiental da Amazônia foi tocada pela medida e que qualquer empreendimento terá de cumprir as exigências federais para licenciamento específico. “A Renca não é um paraíso, como querem fazer parecer, erroneamente, alguns. Hoje, infelizmente, territórios da Renca original estão submetidos à degradação provocada pelo garimpo clandestino de ouro, que, além de espoliar as riquezas nacionais, destrói a natureza e polui os cursos d’água com mercúrio”, destaca a mensagem.

Por meio de comunicado no site, o **Ministério de Minas e Energia** explica que a permissão para o desenvolvimento de pesquisa e lavra mineral se aplica apenas às áreas onde não haja restrições de outra natureza. “O objetivo da medida é atrair novos investimentos, com geração de riquezas para o país e de emprego e renda para a sociedade, além da ampliação da oferta de bens minerais, com base sempre nos preceitos da sustentabilidade. Acredita-se ainda que a medida poderá auxiliar no combate aos garimpos ilegais instalados na região.”

Já o Ministério do Meio Ambiente ressaltou, por meio da assessoria de imprensa, que a extinção da Renca não afeta as unidades de conservação federais existentes na área, “pois estas são de domínio público, onde não se permite o desenvolvimento de atividade de mineração”. “Ademais, qualquer empreendimento que possa impactar as unidades de conservação é passível de

procedimento de licenciamento específico, o que garante a manutenção dos atributos socioambientais das áreas protegidas.”

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Brasília-DF

Autor: Leonardo Cavalcanti (interino)

Título: Privatização por MP

Um grupo no governo defende que o processo de privatização da Eletrobras e da Casa da Moeda possa ocorrer a partir de uma medida provisória, sem passar antes pelo Congresso. A estratégia aceleraria o leilão e a chegada do dinheiro em caixa. Outro pessoal, entretanto, desaconselha tal ação, posto que empresas públicas são criadas por lei e, assim, seria necessária a tramitação no Legislativo. O impasse não deve demorar a ser resolvido. Há outros problemas e pressões em relação à privatização fora do governo.

Imbassahy em alta

Depois de um início de desconfianças, o ministro da Secretaria de Governo, Antonio Imbassahy, conseguiu ganhar o apoio declarado dos peemedebistas no Palácio do Planalto. A experiência como prefeito de Salvador o levou a ser o principal negociador nos cortes de apadrinhados de infiéis na votação da denúncia com Michel Temer.

Sinal de alerta com decreto de Temer

Para além de ações do Ministério Público contra o decreto do presidente Michel Temer, que extinguiu uma reserva e liberou a ação de mineradoras, os militares ligaram o sinal de alerta com a ação do Palácio do Planalto. A notícia pegou os comandos de surpresa, pois não foram informados sobre as tratativas da exploração privada de ouro e nióbio, por exemplo. A área da reserva, entre as divisas do estado do Pará e Amapá, foi criada em 1984, durante o regime militar e, além de minérios, abrange nove grandes áreas protegidas e terras indígenas.

» » »

A principal preocupação está na rapidez que a decisão foi tomada, sem maiores avaliações, que pode acabar em entraves para o próprio governo em uma área estratégica como a exploração do solo por empresas estrangeiras. A fragilidade da Agência Nacional de Mineração (ANM) — criada há menos de um mês em substituição ao Departamento Nacional de Produção Mineral — também é

lembrada, dada a precariedade de regulação e de fiscalização.

PSB (re)partido I

Os próprios integrantes do PSB brincam com a divisão interna da legenda. “É curioso como todos os partidos do país estão rachados e apenas o PSB tem divisão”, disse um dos líderes. Hoje, 12 dos 37 deputados do partido, um terço da bancada, devem deixar o PSB em busca de outros ares, batendo asa, por exemplo, para o DEM, do presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Como esta coluna publicou, caciques do PSB, como o governador de Pernambuco, Paulo Câmara, dizem não lamentar a debandada, que servirá de expurgo.

PSB (re)partido II

Os defensores da unidade do PSB afirmam que não é de hoje que o partido apresenta divisões. E isso não significa ou significou o fim da legenda. Eles lembram que, desde Jânio Quadros, o partido apresenta rachas. E citam ainda os casos de Anthony Garotinho e Ciro Gomes, que um dia se acharam maiores que a legenda e acabaram saindo do PSB. “Se juntar todos os deputados que hoje se dizem descontentes com o PSB e ameaçam sair do partido, não dá um Ciro, em relação ao peso político. Se na época continuamos fortes, imagine agora”.

CURTIDAS

Ouro Verde no STJ I // O STJ definiu que os casos relacionados à Operação Ouro Verde serão atribuídos à ministra Maria Thereza de Assis Moura (foto), que atuará como relatora. Tal como fez com a Lava-Jato, o tribunal entendeu que os processos decorrentes de uma mesma operação, desde que tenham interligação entre os sujeitos e organizações envolvidos, devem ser distribuídos por prevenção.

Ouro Verde no STJ II // No caso da Ouro Verde, processos haviam sido distribuídos a cinco ministros diferentes. A Terceira Seção julgou o conflito de competência e, por maioria de votos, bateu o martelo. A relatoria dos processos envolvendo a Operação Ouro Verde ficará a cargo da ministra Maria Thereza, que deu voto vencedor no julgamento de um habeas corpus da operação em 20 de agosto de 2013.

De olho no Rio // Omar Perez, o Catito, que é dono do restaurante Piantella, almoçou com o presidente nacional do PDT, Carlos Lupi, no Rio de Janeiro. Na pauta, a candidatura do empresário ao governo daquele estado. O nome da preferência de Lupi seria o do prefeito de Niterói, Rodrigo Neves, mas o político do PV dá sinais de que vai desistir da campanha. Se a vaga for aberta, Catito vai

para a disputa. E tem até slogan: “O Rio corre para Omar”.

Tiro no pé // De um integrante do Ministério Público sobre um dos trechos do decreto que extinguiu a Reserva Nacional de Cobre e Associados em favor das mineradoras: “O governo argumenta que a medida não coloca as reservas em risco, pois não afasta a aplicação de legislação ambiental. Como vai ter extração sem danificar o meio ambiente? É o mesmo que matar alguém à queima-roupa e dizer que não há um crime, que não há um assassinato”.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Luiz Carlos Azedo

Título: Reserva do barulho

Nas entrelinhas

O líder do PSDB na Câmara, deputado Ricardo Trípoli (SP), anunciou que apresentará à Casa Civil da Presidência da República uma solicitação para que sejam suspensos os efeitos do Decreto nº 9.142, divulgado ontem, que extinguiu a Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca), liberando para exploração mineral área localizada entre o Pará e o Amapá. Para Trípoli, além do evidente risco ambiental, a medida foi tomada sem uma discussão adequada, não tendo recebido o aval de importantes setores relacionados ao tema. Por trás do pedido, também há uma reação dos militares contra a medida, que foi tomada sem muita discussão dentro do governo.

Trípoli quer debater os riscos da medida com todos os atores envolvidos, inclusive os ministérios do Meio Ambiente, Minas e Energia e da Justiça. Há áreas indígenas demarcadas na região que podem sofrer com a extinção da Renca. “Ao desbloquear essa área, de 47 mil km², abre-se precedente para que outros locais sejam explorados de maneira predatória e inconsequente”, argumenta o tucano. A área estava protegida desde o governo do presidente João Figueiredo. Depois do Relatório Brundtland “Nosso Futuro Comum” e da Cúpula da Terra no Rio, que inaugurou as negociações globais para o Acordo do Clima, analistas veem a decisão com um retrocesso inexplicável, um surto à la Trump, que não tem nada a ver a como a política ambiental e os acordos internacionais assinados pelo Brasil.

A medida faz parte de um programa de privatizações lançado pelo governo sem muito planejamento nem regras claras, com propósito de sinalizar para o mercado o avanço de uma reforma liberal da economia, que ainda requer modelagem consistente para não cair no vazio e encalhar em intermináveis

batalhas judiciais, além de dar munição para a oposição petista. A extinção da Reserva Nacional do Cobre (Renca) vem sendo planejada desde março, quando o ministro de **Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, indeferiu os títulos protocolizados desde 1984 pleiteando ocupação de áreas dentro da reserva, mas manteve os requerimentos minerários (autorizações de pesquisa, concessões de lavra, permissões de lavra garimpeira e registros de licença) anteriores à criação da reserva.

Com isso, o governo pretende intensificar a exploração mineral numa área de pré-cambriano da Amazônia, considerada de grande potencial, utilizando técnicas modernas de pesquisa geológica. Esse período se estende da formação da Terra, há cerca de 4,6 bilhões de anos, até ao início do Período Cambriano, cerca de 440 milhões de anos atrás, quando os animais de carapaça dura apareceram pela primeira vez em abundância. Representam 88% do tempo geológico, nos quais apareceram os fósseis, os oceanos, a Lua, muitos minerais, a oxigenação, a formação de algumas vidas multicelulares e as placas tectônicas.

Cobiça

O maior defensor da reserva foi o almirante Gama e Silva, que liderou os estudos na área. Em 1969, após a descoberta de Carajás, o geólogo Décio Meyer descobriu o complexo alcalino-ultramáfico do Maraçoná, o que deu início a outras expedições de pesquisa entre os rios Jarí e Paru. Em 1981, a British Petroleum (BP) requereu direitos de exploração de cobre na região. Chefe do Grupo Executivo do Baixo Amazonas, Gama e Silva temia que Daniel Ludwig, do Projeto Jarí, dono de ações BP, pretendesse dominar e internacionalizar a região. Conseguiu, porém, que o Conselho de Segurança Nacional vetasse a concessão dos alvarás da BP.

Hoje, as unidades de conservação e terras indígenas ocupam 80% da área, o que libera apenas 20% para exploração mineral. Há unidades federais (três) e estaduais (quatro) na área, mas o que impediu a pesquisa geológica na região foi a inércia do governo federal, que praticamente abandonou os estudos. Sabe-se, porém, que há na área enormes reservas de ferro, manganês, nióbio, níquel, cobre, ouro e petróleo. O assunto mais polêmico é o nióbio, que já chegou a ser relacionado até com o mensalão, após o empresário Marcos Valério afirmar na CPI dos Correios, em 2005, que o Banco Rural havia conversado com o ex-ministro José Dirceu sobre a exploração de uma mina na Amazônia.

Em 2010, um documento secreto do Departamento de Estado americano, vazado pelo site WikiLeaks, incluiu as minas brasileiras de nióbio na lista de locais cujos recursos e infraestrutura são considerados estratégicos e imprescindíveis aos EUA. A venda bilionária de uma fatia da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), maior produtora mundial de

nióbio, para companhias asiáticas, supostamente estaria por trás da extinção da reserva. Em 2011, um grupo de empresas chinesas, japonesas e sul-coreanas fechou a compra de 30% do capital da mineradora com sede em Araxá (MG) por US\$ 4 bilhões. O fato é que 98% das reservas conhecidas no mundo estão no Brasil.

O país responde atualmente por mais de 90% do volume do metal comercializado no planeta, seguido pelo Canadá e Austrália. No país, as reservas são da ordem de 842 milhões de toneladas e as maiores jazidas conhecidas se encontram nos estados de Minas Gerais (75% do total), Amazonas (21%) e em Goiás (3%).

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Luiz Carlos Azedo

Título: Hora de negociar com deputados e senadores

Mesmo sem a certeza de que conseguirá aprovar a reforma da Previdência, o governo empurrou para o Congresso uma agenda econômica pesada. Às voltas com a crise interna no PSDB, que deu algum sinal de alívio ontem, e com a pressão do chamado Centrão em busca de mais cargos na máquina pública, o Planalto amplia o prazo para o Refis, anuncia um pacote de privatizações, adia reajustes salariais de servidores e altera a taxa de juros do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

“O governo tem que se preocupar sim e negociar muito bem, porque a maior parte das propostas apresentadas depende do Congresso e enfrenta resistência dos parlamentares”, resumiu o líder do PR na Câmara, José Rocha (BA). Ele é um dos que não têm medo de errar ao afirmar que as mudanças na Previdência não passam no Congresso. As outras medidas, com muita conversa, avalia ele, pode ser que sejam aprovadas.

O Planalto já percebeu o termômetro e mudou a estratégia. Ontem, o presidente Michel Temer recebeu parlamentares durante todo o dia. Embora sem um ritmo constante, o Diário Oficial da União (DOU) segue punindo os infieis. Para contornar as resistências do vice-presidente da Câmara, Fábio Ramalho (PMDB-MG), à privatização de Furnas, o presidente vai levá-lo na comitiva oficial para a China, no fim do mês.

Se antes a obsessão era encaminhar a reforma da Previdência o mais rapidamente possível, a ordem agora é modular o calendário. Ela pode ficar para outubro, avisou o chefe da Casa Civil, ministro Eliseu Padilha. Antes, o governo quer ver aprovada a reforma tributária e as medidas provisórias do

Refis e da TLP, que altera a taxa de juros dos empréstimos concedidos pelo BNDES.

Anunciada com ênfase ao longo da semana, as privatizações serão alvo de uma batalha intensa no parlamento. “Sou favorável, desde que não mexam na Chesf (Companhia Hidrelétrica do São Francisco)”, resumiu o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA). Filiado ao partido que sempre deu as cartas no setor elétrico, ex-ministro de Minas e Energia dos governos Lula e Dilma, o senador Edison Lobão (PMDB-MA) considera o processo de privatização benéfico para o país.

Mas ele discorda, justamente, da privatização da Eletrobras, embora empenhe-se em explicar que o partido é aliado do governo e que não tem cargos na estatal. “Sou contra a privatização da Eletrobras porque ela é uma empresa estratégica para regular o sistema elétrico brasileiro. Durante minha gestão cheguei a apoiar a venda de algumas distribuidoras de energia que, até hoje, permanecem no sistema”, ponderou Lobão.

Parte da bancada de senadores do PSB divulgou uma nota ontem com posições parecidas às de Lobão. “A justificativa de democratização do capital e a comparação com os processos adotados na Vale e na Embraer não são verdadeiras. Vale e Embraer são empresas que disputam mercados. A Eletrobras é uma concessionária de serviços públicos essenciais, estratégica para o país”, resumiram os senadores. O PSB comanda o **Ministério de Minas e Energia, na figura de Fernando Bezerra Coelho Filho**. O pai dele, senador Fernando Bezerra Coelho (PE), não assinou a nota conjunta.

Articulação

As encrencas e polêmicas sempre serão localizadas, o que obrigará o governo a uma maratona de acordos paroquiais no varejo. Ex-líder do PSD na Câmara, Rogério Rosso (DF) não vê nenhum problema com a MP do Refis e as privatizações, desde que bem debatidas pela sociedade. O drama está em outros projetos incluídos no processo de ajuste fiscal. “A questão dos servidores públicos terá imensa resistência dos parlamentares dos estados mais vinculados com a atividade pública, e em especial da bancada do DF. O Planalto deverá intensificar a articulação com a sua base”, cobrou.

A economista e especialista em contas públicas Selene Peres Nunes, uma das autoras da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), lembrou que o fato de o governo depender do Congresso para aprovar a maior parte das medidas anunciadas de ajuste econômico indica que o cumprimento das novas metas será bastante complicado. “Desde o ano passado, já se sabia que a meta não seria cumprida, mas o governo saiu gastando como nunca, concedeu reajustes aos servidores e, quando houve a denúncia da PGR contra o presidente Michel

Temer, ele acabou gastando fichas para continuar no poder, e, portanto, é bem provável que as novas metas não sejam cumpridas”, destacou ela.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Vicente Nunes

Título: Até onde vai a euforia

Correio Econômico

O Palácio do Planalto está batendo o bumbo diante da euforia do mercado financeiro, mas é preciso ter muito cuidado. Da mesma forma que os investidores estão exacerbando no otimismo hoje, podem, mais à frente, provocar um movimento contrário e detonar o sinal de pânico, travando, novamente, a retomada da economia. Basta, para isso, que algum dos argumentos usados para elevar o humor dos donos do dinheiro se mostre frágil. O mercado não perdoa frustrações.

Na tentativa de criar fatos positivos para se contrapor a uma nova denúncia do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, o presidente Michel Temer anunciou uma sucessão de medidas que se encaixam perfeitamente no gosto dos investidores, sobretudo a privatização de estatais. A Bolsa de Valores registrou ontem o terceiro dia de valorização. Cravou os 71.132 pontos, aproximando-se de seu recorde histórico. As taxas de juros no mercado futuro desabaram.

É preciso ressaltar, porém, que boa parte do pacote de Temer não depende dele. A decisão está nas mãos do Congresso e de uma burocracia que, certamente, criará empecilhos para o enxugamento da máquina pública. Como já se percebeu, nos últimos dois dias, há grandes focos de resistência no Legislativo em relação à privatização do sistema Eletrobras. O PMDB de Minas Gerais é contra, principalmente, à desestatização de Furnas.

Não por acaso, há um grupo na Esplanada dos Ministérios pedindo calma. A pressa do governo em anunciar o pacote de privatização e de concessões é política. Ainda carece de muito embasamento técnico. Uma coisa é anunciar o desejo de vender empresas controladas pelo governo e de transferir a gestão de aeroportos e rodovias à iniciativa privada. Outra é concretizar o processo. Além de encontrar um modelo adequado, que não resulte em suspeição, é necessário convencer os investidores de que o que está sendo ofertado é um bom negócio. Nem tudo o que está no pacote de Temer é.

Mais: já está claro que grande parcela das estatais que serão colocadas à venda só estará em condições de ir a leilão no segundo semestre de 2018. No meio do caminho, haverá uma Copa do Mundo e eleições gerais. Levar essa discussão para cima dos palanques será uma tarefa complicada. O que não for aprovado pelo Congresso até junho do ano que vem não o será mais. Não num país sob o comando de Temer. É aí que mora o perigo. Uma privatização tocada sem as devidas precauções pode resultar em um processo cheio de vícios. Uma porta aberta para a corrupção.

Debandada

Outro ponto importante a ser considerado: Temer corre o risco de perder aliados que estiveram ao seu lado quando houve o impeachment de Dilma Rousseff. De lá para cá, a base aliada diminuiu e interesses locais tendem a afastar votos significativos do Planalto. Esse raciocínio vale para os militares, que ficaram completamente quietos com a deposição da petista, mas, agora, estão mostrando um incômodo nada desprezível.

Além da falta de verbas — estima-se que os recursos destinados às Forças Armadas acabem em setembro —, a caserna se agitou com o decreto publicado anteontem no Diário Oficial da União, que extinguiu a Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca), criada no regime militar, em 1984. Temer, com essa decisão, liberou uma área de aproximadamente 47 mil quilômetros entre o Pará e o Amapá para a extração de ouro e outros minerais nobres. A região, alvo de cobiça das grandes mineradoras, é quase do tamanho da Dinamarca.

Para os militares, é inaceitável que o decreto assinado por Temer tenha sido publicado sem um amplo debate. Ninguém da caserna foi consultado. A surpresa negativa ressuscitou o discurso nacionalista dentro das Forças Armadas, que teme uma onda de invasões em áreas protegidas. Entre os militares, ninguém fala em rebelião. Contudo, há um movimento crescente para convencer o presidente a recuar da decisão. Há, sobretudo na cúpula do Exército, argumentos de sobra para que uma medida tomada no afogadilho, como se fosse direcionada a grupos específicos, seja revertida.

Questão de juízo

Entre assessores de Temer, a visão é de que não há razões para apreensões. Eles admitem que, certamente, uma parte das privatizações e das concessões anunciadas ficará só na promessa. Mas alegam que é importante dar início ao processo e expor à sociedade o que deve e o que não deve ficar nas mãos do Estado. Dos mais de R\$ 40 bilhões esperados em arrecadação, se metade entrar nos cofres públicos, já será um alívio para a equipe econômica, que está sofrendo para fechar as contas. É latente o risco de, no meio do ano que vem, o governo anunciar mudança da meta fiscal, de deficit já aumentado de R\$ 129 bilhões para R\$ 159 bilhões.

Um importante observador da Esplanada diz que uma ação que o governo vê como muito positiva pode se transformar em um desastre. Basta, para isso, que não se leve em consideração regras simples de segurança. Ele ressalta que esse governo é altamente impopular — apenas 5% aprovam Temer — e está cheio de ministros investigados no âmbito da Operação Lava-Jato. “Para tirar a legitimidade das ações do governo, é um pulo”, afirma. “Não é só porque o mercado financeiro deu o aval que tudo está garantido e que tudo dará certo. Entre palavras e atos concretos, há uma grande distância”, emenda. Portanto, o aviso é está dado. Todo juízo será muito bem-vindo.

Empanturrados de dívidas

» Servidores públicos continuam se empanturrando de dívidas. Até julho, pelos dados do Banco Central, deviam R\$ 173 bilhões apenas no crédito consignado. Neste ano, o saldo devedor cresceu R\$ 5 bilhões, ou R\$ 715,6 milhões por mês.

Calote em alta

» O calote no crédito rotativo do cartão de crédito cresceu pelo terceiro mês consecutivo. Atingiu 39,5%, o nível mais elevado desde janeiro de 2016. Quer dizer: quatro em cada 10 consumidores não conseguem mais pagar as faturas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor:

Título: Governo Temer tenta fazer uma privatização ousada

Para marcar a diferença com sua antecessora, Dilma Rousseff, o presidente Michel Temer anunciou pouco depois de efetivado no cargo, em 2016, um programa de concessões e privatizações com 34 projetos. Para recuperar prestígio e iniciativa após ter um pedido de investigação negado pelo Congresso - e outro a caminho - Temer anunciou ontem programa com o mesmo objetivo, com 57 projetos. Há uma diferença de escala entre os dois e ela é dada pela privatização da Eletrobras, que detém um terço da geração de energia do país e grande parte da distribuição, e do aeroporto de Congonhas (SP), o mais rentável do país.

A Eletrobras é um gigante deficitário, alvo histórico de loteamento de caciques do PMDB (mas não só dele) e palco de escândalos de corrupção investigados pela Operação Lava-Jato. As mudanças feitas no governo passado para baratear o preço da energia (MP 579) ajudaram a destruir as empresas deficientes da holding. O plano de saneamento da companhia, que previa a venda de várias distribuidoras foi substituído por outro, pelo qual uma capitalização sem a participação da União abriria espaço a uma parcela majoritária de capital

privado. A capitalização poderia render R\$ 30 bilhões para a estatal, que pagaria com isso bônus à União e permitiria que 14 usinas que tiveram sua concessão prorrogada em 2012 possam operar com tarifas de mercado, e não os atuais R\$ 35 por MWh.

A Eletrobras deveria ter sido vendida há mais tempo, mas o processo de privatização do setor elétrico, iniciado por Fernando Henrique, empacou no meio do caminho. A ideia da venda reaparece agora, repentinamente, em meio a um governo acuado por denúncias e por déficits fiscais que desistiu de reduzir. Entre a intenção e a venda, há um oceano de obstáculos, os mesmos que impediram até hoje que ela se tornasse uma empresa privada.

Ao que tudo indica, a autorização do Congresso para que a União abdique de 50% mais um do controle (ela tem 63,2%, contando fundos e BNDES). Os feudos tradicionais no partido do presidente já se mobilizam para retirar da venda as empresas que transformaram em cabides de emprego ou coisa pior, como Chesf e Eletronorte.

Não ajuda a operação o fato de ela ocorrer no meio de um processo para mudar a regulamentação do setor elétrico, já em consulta pública. Além disso, o aumento de tarifas que decorrerá da privatização, uma certeza matemática, não a torna popular. Há questões regulatórias sérias envolvidas. A mudança estrutural do setor e a privatização são bem vindas, mas vendas apressadas para fazer caixa não foram exemplares no passado.

Para fazer a privatização bem feita seria preciso que o governo se concentrasse em poucos projetos e a eles se dedicasse por inteiro. A falta de planejamento e a incapacidade gerencial do Estado não mudam com um passe de mágica.

A venda de várias distribuidoras estão na mira do governo desde setembro de 2016 e só a da Celg se efetivou. A concessão das rodovias BR 364 e 365 já vem do PAC e até hoje o governo ainda está mudando suas regras. O imbróglio das ferrovias Norte-Sul, Ferrogrão e Fiol dura anos, passou por mudanças de modelo e os trilhos pouco avançaram. A permissão pra investimentos de mineração em uma reserva de 47 mil km² na Floresta Amazônica, em meio a áreas de proteção ambiental e terras indígenas significa confusão na certa - e mais desmatamento. Vender Congonhas, a "joia da coroa", e deixar aeroportos menores na dependência da Infraero traz risco de sucateamento dos aeroportos menores, pouco ou nada rentáveis.

Uma boa parte dos projetos tem prazo de licitação prevista a partir do segundo trimestre de 2018, já em meio ao turbilhão eleitoral. A privatização da Eletrobras será um teste político e gerencial importante para o governo do presidente Temer, cuja ambição maior, e talvez única, é terminar bem. Poderá

ser, ao lado do teto de gastos, um marco positivo de sua gestão, que encontrou a economia em frangalhos e marcos regulatórios por refazer.

Mas os efeitos duradouros sobre as contas públicas virão mesmo de um teste anterior à da privatização da Eletrobrás, o da reforma da Previdência, que precisa ser aprovada este ano. Uma coisa não exclui a outra, mas a desestatização da Eletrobras, por mais necessária que seja, reduzirá em pouca coisa uma dívida que não está sob controle e que continuará aumentando sem parar se a rota dos gastos previdenciários não for invertida.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Usiminas e Musa I

A Usiminas fechou um acordo vinculante com a Mineração Usiminas (Musa), sua controlada em conjunto, para alterar pontos no contrato de fornecimento do minério de ferro. Uma das motivações seria reduzir a exigência de volumes adquiridos, de 4 milhões de toneladas por ano para 2,3 milhões de toneladas. "O conselho de administração também autorizou a diretoria a celebrar o aditivo ao 'offtake agreement' [contrato de fornecimento], contemplando as alterações estabelecidas [no acordo vinculante]", acrescentou a siderúrgica em comunicado ao mercado. A Usiminas tem 70% do capital social da Musa e os 30% restantes estão nas mãos da japonesa Sumitomo Corporation.

Usiminas e Musa II

A tentativa de renegociar o contrato de fornecimento foi a causa da demissão de Rômelo de Souza, ex-presidente da Usiminas. Em 2016, o ex-executivo também assinou um contrato, mas não vinculante, para que o chamado "take or pay" - que obrigava a companhia a adquirir os 4 milhões de toneladas - não fosse levado em conta. Com a crise da siderurgia no país e o fechamento das áreas primárias da usina de Cubatão da Usiminas, a empresa precisava de cada vez menos minério para a fabricação do aço. Membros do conselho de administração alegaram que Souza não poderia ter assinado o acordo sozinho, como foi feito. Com base no estatuto social, disseram que ele deveria estar ao menos acompanhado de um alto executivo ou deveria ter a aprovação do conselho para tal. Souza questiona a decisão na Justiça.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Fernando Torres e Ivo Ribeiro | De São Paulo****Título: União terá limite de voto na Eletrobras**

A forma de assegurar que o governo não conserve seu poder de controle "de fato" sobre a Eletrobras oficialmente desestatizada, ainda que ele mantenha participação acionária relevante após o planejado aumento de capital, será limitar o poder de voto de qualquer acionista em assembleia, inclusive da União, disse uma fonte com conhecimento da operação.

Conforme publicou o **Valor** ontem, em um cenário de aumento de capital entre R\$ 20 bilhões a R\$ 30 bilhões, como mencionado pelo governo, a União, que tem hoje direta e indiretamente 63% do capital total da Eletrobras, continuaria com uma participação acionária acima de 30% das ações, o que lhe permitiria exercer, se quisesse, o que se chama de "controle minoritário", com indicação da maioria dos conselheiros em assembleia.

A limitação do poder de voto, a ser incluída numa reforma estatutária, é um dos itens que ainda terá que ser definido. Restrição semelhante é adotada hoje por empresas como Embraer, que fixa o limite em 5% e B3, que usa 7%. Mesmo que um acionista tenha 20% ou 30% da empresa, ele não consegue votar com todas as ações.

Direito de retirada de preferencialistas pode dificultar migração da empresa para o Novo Mercado

A mudança estatutária poderia blindar a Eletrobras de voltar a ser facilmente reestatizada até mesmo em um futuro governo com outra orientação, dado que a União teria que convencer os demais acionistas a rever essa limitação estatutária de poder.

Segundo a fonte, se ainda pairam muitas dúvidas no mercado sobre o processo da privatização da Eletrobras é porque quase nada está realmente definido.

Apesar de declarações de ministros e planos anunciados por representantes do acionista controlador, o que existe de concreto até agora é a intenção do governo e do comando da empresa de levar o processo de privatização adiante, que foi formalizada com a inclusão da empresa no Programa de Parcerias e Investimento (PPI).

Não por outro motivo, os fatos relevantes divulgados pela Eletrobras no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) são sucintos e genéricos, sem entrar em detalhes de como se dará a desestatização da empresa.

A ideia inicial envolve mesmo um aumento de capital e a diluição da participação da União. O plano é usar o dinheiro levantado na oferta de ações para comprar o direito de exploração das 14 usinas que a Eletrobras opera hoje sob o regime de cotas - recebendo apenas como prestadora de serviço, uma tarifa fixa em R\$ 35 MWh.

Mas o valor da operação ainda é desconhecido, assim como o preço de outorga que seria cobrado na concessão pelo governo.

Não existe definição, tampouco, se haverá somente uma oferta primária de ações ou se ela será combinada com uma secundária, com a União vendendo papéis.

Há o desejo de levar a empresa ao Novo Mercado, segmento da bolsa em só existe ações com direito a voto, mas não houve até agora conversa sobre taxa de conversão das preferenciais em ordinárias. Em relação a esse ponto, um advogado ouvido pelo **Valor** menciona que o direito de retirada conferido a acionistas preferencialistas pode ser um empecilho a uma migração rápida. Caso discordem da conversão, eles poderiam vender as ações à empresa pelo valor patrimonial, que hoje está em R\$ 34, ante a cotação de R\$ 21 ontem na bolsa.

No limite, a conta total para a Eletrobras poderia chegar a R\$ 8 bilhões, preço muito alto para a companhia, que poderia buscar uma alternativa semelhante à adotada pela Vale, de propor uma conversão voluntária.

Em termos de cronograma para a operação, o primeiro passo é o conselho do PPI definir formalmente como será a desestatização. A expectativa é de que o processo leve cerca de um mês, disse a fonte. Entre os pontos a ser definidos está que tipo de direito de veto a União terá na companhia por meio da ação especial ou "golden share".

Além do exemplo da Embraer, o governo deve avaliar modelos adotados em antigas estatais elétricas europeias.

Entre as tarefas que cabem ao governo nesse "regime de melhores esforços" para realizar a operação ainda em 2018 está o de conduzir a agenda legislativa.

A primeira é a publicação da medida provisória com o novo modelo do setor elétrico, que pretende desfazer as mudanças da MP 579. A outra é possivelmente ter que mudar a lei que criou a Eletrobras e que prevê que a União tenha que reter 51% das ações com direito a voto.

No caminho, além de possível resistência no Congresso Nacional, o governo pode esbarrar em entraves no Tribunal de Contas da União (TCU), que pode se opor ao modelo em que o governo define o preço de outorga das usinas e dá direito de preferência para a Eletrobras (que não será mais estatal) para ficar com as concessões, em vez de realizar um leilão aberto. Este é o fator "imponderável", diz a fonte.

No plano empresarial, a preparação de uma oferta de ações subsequente é algo que leva cerca de dois meses, então esse não seria um empecilho para o plano.

Um desafio maior seria fazer a cisão de Itaipu e Eletronuclear e, antes disso, conseguir realizar com sucesso a venda das distribuidoras deficitárias que operam na região Norte do país.

No caso da cisão, se for adotado um modelo em que não há responsabilidade solidária entre as duas partes após a segregação, os credores têm 90 dias para se opor à separação proposta. Esse prazo é importante diante da pressa do governo de realizar o processo ainda em 2018.

A decisão pela privatização da Eletrobras, segundo o **Valor** apurou, decorre do impedimento legal de que uma usina que fosse tirada do sistema de cotas, como prevê o novo modelo do setor, fosse assumida por uma estatal.

Assim, ainda que fosse indenizada no primeiro momento, a Eletrobras ficaria sem os ativos, mas ainda com os empregados e os passivos. Com a desestatização, a empresa pode ficar com as usinas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Juliana Machado e Rodrigo Rocha | De São Paulo

Título: Regulação do setor reduz peso da golden share na estatal

O setor de energia já convive bem com o capital internacional e o papel da regulação é suficiente para garantir a continuidade dos serviços prestados e o atendimento do interesse público. Essa é a visão de advogados especializados em direito societário que, por esse motivo, consideram que, numa eventual privatização, o estatuto social da Eletrobras não precisaria trazer elementos de veto, pela União, a questões de segurança energética ou participação de estrangeiros no capital da companhia.

O **Valor** ouviu advogados de grandes escritórios de direito empresarial e todos apostam que, caso a privatização aconteça, um estatuto social simples é o ideal

para preservar poder de veto do governo em alguns pontos, mas, ao mesmo tempo, garantir o interesse dos investidores.

O formato da desestatização da Eletrobras ainda não foi definido. Entre as possibilidades, caso o governo decida ser diluído em um aumento de capital, os direitos políticos poderiam ser exercidos via uso de uma ação com direitos especiais, a chamada "golden share". O expediente é adotado por algumas empresas já privatizadas, como na Vale, na Embraer e na companhia de resseguros IRB.

A intenção já declarada pelo governo é se espelhar em casos como o da mineradora e o da fabricante de jatos para privatizar a elétrica. Na visão dos advogados consultados, um estatuto mais próximo do exemplo da Vale é mais adequado do que o da Embraer. A leitura é que, ao utilizar esse instrumento, o governo se limite a questões como mudança de objeto social.

"No caso da Embraer, faz sentido ter um controle mais intenso, inclusive quanto aos estrangeiros, por causa da atuação na área militar e de defesa. Na Eletrobras, não vejo sentido. A regulação já existe no setor elétrico", diz Luís Inácio Adams, ex-advogado-geral da União e sócio do escritório Tauil & Chequer Advogados.

Os especialistas citam como exemplo de instrumento de regulação a lei de concessões, ou lei 8.987 de 1995. O texto estabelece que o poder concedente poderá realizar uma intervenção para "assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais".

A participação estrangeira no capital da Eletrobras também não preocupa os advogados. A Embraer tem, em seu estatuto, a limitação de poder aos acionistas de outros países, mas Mauro Penteado, advogado do escritório Machado Meyer, entende que as operações realizadas pelo atual governo, até o momento, não dão sinal de restrição à entrada de capital vindo do exterior.

"Não acho que esse governo atual queira uma limitação de estrangeiros. O setor energético hoje em dia é dominado por grupos grandes do exterior, assim como o aeroportuário e o rodoviário. Nem acredito que precise ter essa restrição do ponto de vista regulatório", destaca.

A participação estrangeira no capital da Eletrobras não preocupa os especialistas

O consenso dos entrevistados ouvidos pelo **Valor** é de que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), apesar das imperfeições, é capaz de atuar em uma

série de questões que poderia estar presente nas restrições estatutárias ou da "golden share".

Os advogados Fabiano Brito e Hiram Pagano, sócios do escritório Mattos Filho, lembram que, na área de geração e transmissão, se o serviço não for realizado corretamente, o governo pode realizar intervenções via Aneel ou declarar a caducidade das concessões, retomando os ativos.

Assim, avaliam, o estatuto da Eletrobras não precisaria dar poderes especiais ao governo que já estão estabelecidos em outros instrumentos regulatórios. Isso poderia, inclusive, retirar a atratividade do ativo. "Não faz sentido nenhum temer que uma privatização coloque em risco o suprimento de energia", diz Brito.

Adams, do escritório Tauil & Chequer, e Penteado, do Machado Meyer, apesar de não verem necessidade da prerrogativa de veto na troca de controle, não acreditam que sua presença necessariamente afaste os interessados na companhia. "Mas fazer um trabalho de regulação objetivo e contratos [de concessão] que não suscitem polêmicas ou litígios seria melhor do que ter um controle interno do Estado", defende Adams.

Os advogados também afirmam que a privatização da estatal elétrica pode suscitar algumas mudanças em termos legais, como na lei que criou a Eletrobras e que prevê, expressamente, a necessidade do poder concedente ter 51% das ações com direito a voto. Isso poderia ser feito via medida provisória ou alterações na própria lei.

Mesmo se for preciso passar pelo Congresso Nacional, porém, alguns advogados apostam na possibilidade de que a operação ocorra no ano que vem. "Haverá resistência, mas acredito que tem condições de passar no Congresso, porque as demandas da área econômica tendem a ter boa receptividade", afirma Adams.

Mauro Penteado é um pouco mais pessimista com relação aos prazos por conta da série de levantamentos a ser feita antes da oferta de ações. "É preciso contratar consultores para fazer análises econômicas, financeiras, jurídicas. É algo que dá para ser feito rapidamente, mas acho que é um processo para mais de um ano", avalia o advogado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Sindicatos temem demissões e preparam protestos

O diretor da Associação dos Empregados da Eletrobras (Aeel) e do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia do Rio de Janeiro e Região (Sintergia-RJ), Emanuel Torres, afirmou ontem que, caso o controle da Eletrobras seja de fato privatizado, a tendência é que haja uma demissão em massa na companhia. O sindicalista lembrou história recente de empresas privatizadas no Brasil, em casos em que após a desestatização aconteceram desligamentos de funcionários.

"A História mostrou para a gente que privatizando a empresa, haverá demissões em massa. O capital privado só vê números, não quer saber de qualidade", afirmou o sindicalista.

Ele fez uma referência à distribuidora carioca Light, lembrando que antes de ser privatizada, a empresa possuía 11 mil empregados. "Hoje ela tem 2,5 mil funcionários. O restante é tudo terceirizado", completou.

Torres contou que a Eletrobras fechou recentemente um programa de aposentadoria incentivada, no qual serão cortados 2 mil funcionários, de um total de 21 mil do sistema Eletrobras.

O sindicalista lembrou que a estatal elétrica já sinalizou com a criação de um programa de demissão voluntária para este semestre, mesmo antes do anúncio de privatização.

"A empresa [Eletrobras] já fechou esse programa [de aposentadoria incentivada] e agora está dizendo que vai soltar mais um [de demissão voluntária]."

Lembrando que os sindicatos são contra à privatização do controle da Eletrobras e à proposta anterior de venda das 14 hidrelétricas antigas que tiveram a concessão renovada, Torres contou que a Aeel e o Sintergia farão uma manifestação no início da tarde em frente ao escritório da Eletrobras no centro do Rio.

"Estamos fazendo várias ações para mobilizar os trabalhadores", afirmou. Ele contou que no próximo dia 30 os sindicatos do setor elétrico se reunirão em Brasília para definir um calendário de manifestações para ser colocado em prática em setembro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: De São Paulo

Título: Valor Setorial traz potencial da transmissão elétrica

Desde a edição da Medida Provisória 579 em 2012, o setor de energia elétrica vive um período conturbado com reflexos negativos no desempenho das elétricas. Nesse cenário de incertezas, o segmento de transmissão mostrou um forte dinamismo e se tornou o mais promissor do setor neste momento. Após passar por um período de escassez de recursos, o segmento atraiu novos investidores, como gestoras de fundos de investimentos, empresas de geração e distribuição de energia e construtoras médias e pequenas. Além disso, as companhias privadas assumiram um papel de protagonistas dos leilões de transmissão, antes dominados pelas estatais.

O Valor Análise Setorial "Transmissão de Energia Elétrica", lançado hoje, traz os investimentos e as projeções de expansão da geração e transmissão de energia para o período de 2017 a 2026, com dados do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2026, elaborado pelo **Ministério de Minas e Energia (MME)** e pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE). O PDE 2026 prevê ampliação da capacidade instalada de geração do Sistema Interligado Nacional (SIN) de 148,4 GW em 2016 para 212,5 GW em 2026, acréscimo de 64,1 GW e aumento de 43%. Por fonte, os destaques são as renováveis (PCH, biomassa, eólica e solar), com expansão de 28,7 GW para 63,2 GW, acréscimo de 34,5 GW e crescimento de 120%. Na mesma base comparativa, a geração nuclear deverá aumentar 71%; a hidráulica, 14%; e a térmica, 11%.

Para que toda esse aumento da capacidade de geração chegue até o destino final, o país vai precisar de R\$ 77,5 bilhões em linhas de transmissão e R\$ 41,3 bilhões em subestações, incluindo as instalações de fronteira. Excluindo as instalações já licitadas, ou seja, somando apenas as novas instalações de linhas de transmissão e subestações previstas, o valor total é de R\$ 64 bilhões, sendo R\$ 42 bilhões em linhas de transmissão e R\$ 22 bilhões em subestações, incluindo as instalações de fronteira.

O trabalho destaca as várias características favoráveis dos negócios do segmento de transmissão de energia, como receitas previsíveis e corrigidas anualmente pela inflação. Ao contrário dos demais segmentos do setor, os ativos de transmissão possuem receita contratada desde o momento do leilão, que pode ser auferida a partir da data de entrada em operação do ativo. Outra característica positiva é a baixa inadimplência no segmento, visto que as receitas das transmissoras são pagas por todos os usuários: geradoras, distribuidoras ou clientes livres.

O estudo traz ainda perfis das principais empresas de transmissão do país. Mostra dados e informações como composição acionária, estrutura do parque de transmissão (número de concessões e prazos, ativos operacionais de transmissão em operação e em construção e capacidade instalada de transformação), desempenho (RAP e resultados financeiros), investimentos e

fontes de financiamento, principais estratégias e avaliação dos porta-vozes das companhias sobre os impactos da atual conjuntura econômica, perspectivas, desafios e oportunidades do segmento de transmissão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Conselho da Petrobras e Comitê de Ética divergem sobre conduta de Elek

A decisão do conselho de administração da Petrobras de afastar temporariamente o diretor de Governança e Conformidade, João Adalberto Elek Júnior, foi unânime. Segundo duas fontes consultadas pelo **Valor**, o afastamento foi um "gesto simbólico", numa mensagem clara de que a estatal respeita o posicionamento da Comissão de Ética Pública (CEP) da Presidência da República, apesar de os conselheiros terem interpretação diferente sobre o caso que levou a comissão a advertir o executivo.

Segundo a Comissão de Ética, o executivo foi advertido "por ter incorrido em conflito de interesses, ao tomar parte da aprovação de contrato com empresa prestadora de serviços à Petrobras, na modalidade de dispensa de licitação, ao tempo em que a sua filha participava de fase adiantada de processo seletivo para ingresso no quadro funcional da fornecedora".

Uma das fontes disse que, se o conselho tivesse concordado integralmente com a decisão da CEP, teria optado pela demissão, e não afastamento, de Elek. A Petrobras comunicou que, após denúncia sobre suposto conflito de interesses, o conselho instituiu uma comissão especial que "avaliou exaustivamente o assunto" e "concluiu que o processo de contratação foi justificado e regular". A estatal destacou, ainda, que a dispensa da licitação recebeu pareceres favoráveis da auditoria interna e do departamento jurídico.

A CEP, por sua vez, argumenta que Elek não deveria ter participado do processo de contratação, "uma vez que sua filha já participava à época de processo para ser contratada" e que àquela altura, já era considerada "apta a ser admitida". A Comissão de Ética, contudo, concorda que não existem "elementos indiciatórios" de que houve "influência indevida".

Elek ocupava o cargo desde fevereiro de 2015 e era o membro mais longo da atual diretoria da Petrobras. Ele é o primeiro executivo a ocupar o cargo, criado no fim da gestão Graça Foster, ainda em 2014, como resposta ao escândalo de corrupção desencadeado pelas investigações da Lava-Jato.

Elek assumiu o cargo com a missão de fortalecer os controles internos na governança da petroleira. Foi escolhido para o cargo por meio de processo seletivo conduzido pela Korn Ferry, especializada em seleção de executivos, depois de passagens por cargos executivos na NET, AT&T e Citibank.

O mandato de Elek vai até 2018, mas pode ser renovado. Ele é o único diretor com cargo "blindado" na Petrobras - só pode ser destituído com aprovação do conselho administrativo. A estatal informou que o afastamento temporário valerá até que o recurso de Elek seja julgado pela Comissão de Ética.

Elek se afasta da diretoria num momento em que se debruçava sobre a revisão da lista de empreiteiras incluídas no bloqueio cautelar imposto em 2014 pela Petrobras às empresas citadas na Lava-Jato. Nos últimos meses, a estatal liberou a Andrade Gutierrez e Carioca Engenharia a voltarem a contratar com a empresa, mas ainda mantém 20 grupos econômicos no bloqueio.

Entre os fornecedores, a percepção é de que a liberação tem demorado mais do que o esperado. Odebrecht e UTC, por exemplo, são algumas das empresas que já fecharam acordos de leniência, mas seguem bloqueadas.

Durante pouco mais de dois anos de gestão, Elek conduziu a implementação de uma série de medidas de aprimoramento dos controles internos, sendo uma das principais delas a reavaliação do cadastro de fornecedores. Desde que vieram a público as denúncias da Lava-Jato, a Petrobras passou a exigir programas de integridade dos seus fornecedores.

Nos últimos dois anos, a estatal analisou o compliance de mais de 12 mil companhias. Sob o comando de Elek, a diretoria de conformidade adotou medidas como a terceirização do canal de denúncias e treinamento de funcionários contra fraudes e corrupção.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Ao menos dez petroleiras estão avaliando o pré-sal

Ao menos dez companhias monitoram as oportunidades de negócios nos leilões do pré-sal deste ano. A cerca de duas semanas para o fim das inscrições na 2ª e 3ª rodadas de partilha, as "supermajors" (como são conhecidas as principais petroleiras privadas do mundo), como a ExxonMobil, Shell, BP, Chevron e Total, acompanham de perto e buscam informações mais detalhadas sobre as licitações previstas para ocorrer em 2017.

O **Valor** apurou que a lista de interessados inclui, além da Petrobras, outras gigantes do setor, como a norueguesa Statoil, a chinesa CNOOC e a sino-espanhola Repsol Sinopec, figuras já presentes no pré-sal brasileiro. A colombiana Ecopetrol e a brasileira Ouro Preto, criada pelo empresário Rodolfo Landim, são outras empresas que acompanham os trâmites das rodadas de partilha - embora o interesse não se traduza necessariamente em garantia de presença no leilão.

"Sinto as empresas animadas para os leilões. Algumas companhias deixaram de fora de seus portfólios uma área importante como é o pré-sal no Brasil e pretendem se reposicionar", disse o diretor da Accenture Strategy, Matheus Nogueira.

Este, por exemplo, é o caso da Exxon, que tem manifestado publicamente o interesse em voltar a investir no pré-sal brasileiro, depois de uma tentativa sem sucesso nos anos 2000, quando perfurou poços secos no bloco BM-S-22, na Bacia de Santos, e optou por devolver a concessão à União. A Chevron e a BP são outras gigantes do setor que, apesar de possuírem ativos exploratórios no Brasil, não estão no pré-sal.

Já a Shell, Total e Statoil são exemplos de companhias que, por meio de aquisições recentes, conseguiram fortalecer sua presença na principal região produtora de óleo e gás do país e também monitoram oportunidades de reforçar suas carteiras de projetos.

Não existe qualquer surpresa numa eventual participação dessas três empresas na 2ª rodada, que vai ofertar quatro áreas da União, adjacentes a descobertas que extrapolam os limites de suas concessões - as chamadas áreas unitizáveis de Gato do Mato, Carcará, Sapinhoá (Bacia de Santos), e Tartaruga Verde (Campos).

Shell e Total são sócias na descoberta de Gato do Mato, enquanto a Statoil opera Carcará. A Repsol Sinopec, por sua vez, é sócia da Petrobras em Sapinhoá.

Ontem, o diretor da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) Waldyr Barroso, confirmou que dez empresas já manifestaram interesse em participar da 3ª rodada de partilha do pré-sal. Já a 2ª rodada conta com o interesse de nove companhias. A regra do leilão permite que a empresa se inscreva nas duas licitações.

"Temos ao menos três entrantes [empresas que não atuam hoje no pré-sal brasileiro]", disse o diretor, durante seminário da ANP sobre os aspectos jurídico-fiscal e ambiental dos leilões do pré-sal, sem informar os nomes dos interessados.

O prazo final para inscrição vence no próximo dia 8 de setembro. Já o prazo para pagamento do bônus de assinatura das áreas foi fixado em 11 de dezembro, garantindo a entrada dos recursos no caixa da União este ano. As oito áreas ofertadas nas licitações totalizam R\$ 7,75 bilhões em bônus de assinatura.

Enquanto a 2ª rodada está focada na oferta das áreas unitizáveis, a 3ª rodada está oferecendo ao mercado os prospectos exploratórios de Pau Brasil, Peroba e Alto de Cabo Frio Oeste e Alto de Cabo Frio Central, no pré-sal das bacias de Santos e Campos.

MME / ASCOM .